

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Portaria nº 50 de 23 de abril de 2025

Reformula as equipes de licitações e designa servidores para compor a 3ª Comissão de Saúde, no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL/RO.

A SUPERINTENDENTE DE COMPRAS E LICITAÇÕES DO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso das atribuições legais e regimentais previstas nos termos do art. 5º, inciso V, do Decreto nº 27.948, de 01 de março de 2023 e do art. 43 da Lei Complementar n. 965, de 20 de dezembro de 2017;

CONSIDERANDO a Portaria (Id. 0059409693) que institui as Comissões da Saúde, no âmbito da Superintendência de Compras e Licitações do Estado de Rondônia - SUPEL/RO, com objetivo de aplicar celeridade e eficiência na tramitação de processos de compras públicas voltadas à área da Saúde, abrangidos todos os processos que versarem sobre tal matéria;

CONSIDERANDO a necessidade de reestruturação organizacional das atividades relacionadas à condução de certames no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações – SUPEL,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Reformular no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) a Equipe de Licitação (SUPEL-EPSILON), instituída para atuação interna no âmbito da Superintendência Estadual de Compras e Licitações, passando a se chamar 3ª Comissão de Saúde (SUPEL-COSAU3) e designa os servidores abaixo relacionados para sua composição:

I - Agente de contratação:

a) Marina Dias de Moraes Taufmann, matrícula n.º \*\*\*\*\*886.

II - Equipe de Apoio:

a) Tatiana Rachid Bruxel, matrícula n.º \*\*\*\*\*493.

§ 1º A servidora indicada no inciso I, alínea a), atuará como pregoeira, sempre que a modalidade de licitação escolhida for pregão eletrônico, conforme previsto no art. 8º, § 5º da Lei Federal nº 14.133/2021.

§ 2º Fica designada como pregoeira substituta a servidora indicada no inciso II, alínea a), deste artigo, o qual desempenhará as atividades de estilo do pregoeiro em suas ausências ou impedimentos legais.

**Art. 2º** Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar do dia 22 de abril de 2025, para os incisos atualizados por este ato normativo.

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

**Márcia Rocha de Oliveira Francelino**  
Superintendente Estadual de Compras e Licitações (SUPEL/RO)



Documento assinado eletronicamente por **MARCIA ROCHA DE OLIVEIRA FRANCELINO**, **Superintendente**, em 23/04/2025, às 12:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059484889** e o código CRC **B9E1DABD**.

**Referência:** Caso responda esta Portaria, indicar expressamente o Processo nº 0043.000017/2025-27

SEI nº 0059484889



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

## INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90041/2025/SUPEL/RO**

**PARA TODOS OS LOTES**, aplica-se a **AMPLA PARTICIPAÇÃO** sem a reserva de cota no total de até 25% às empresas ME/EPP

### RESUMO DOS DADOS

<b>ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:</b> <b>02/06/2025, às 09hmin</b> (horário de Brasília), no sítio <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a> .	Limite para esclarecimentos e impugnações ao edital: <b>28/05/2025</b>
---	--

<b>OBJETO:</b> <b>Contratação Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Serviços de Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência</b> , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.	
<b>FUNDAMENTO:</b> Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021. Decreto Estadual nº28.874, de 25 de janeiro de 2024. dentre outros.	
<b>PROCESSO ADMINISTRATIVO: 0029.060408/2024-06</b>	
<b>UASG:</b> 925373 <b>ENDEREÇO ELETRÔNICO :</b> <a href="https://www.gov.br/compras/pt-br">https://www.gov.br/compras/pt-br</a>	
<b>VALOR ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO</b>	
<b>ORÇAMENTO ANUAL</b>	R\$ 683.252,52 (seiscentos e oitenta e três mil duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos)
<b>VISTORIA</b>	<b>INSTRUMENTO CONTRATUAL</b>
Facultativa	Contrato
<b>DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO</b>	

<b>Requisitos Básicos:</b> <b>1. Habilitação jurídica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 10.4</u> e subitens do <u>Termo de Referência</u> . <b>2. Qualificação econômico e financeira:</b> Conforme estabelecido no <u>item 10.6</u> e subitens do <u>Termo de Referência</u> . <b>3. Regularidade fiscal, social e trabalhista:</b> Conforme estabelecido no <u>item 10.5</u> e subitens do <u>Termo de Referência</u> . <b>4. Qualificação técnica:</b> Conforme estabelecido no <u>item 10.7</u> e subitens do <u>Termo de Referência</u> .		<b>Requisitos Específicos:</b>
<b>CONTRATAÇÃO EXCLUSIVA ME/EPP?</b>	<b>RESERVA COTA ME/EPP?</b>	<b>EXIGE AMOSTRA/DEMONSTRAÇÃO?</b>
não	não	não
<b>CRITÉRIO DE JULGAMENTO</b>	<b>MODO DE DISPUTA</b>	<b>CONTRATAÇÃO</b>
Menor Preço por Lote	Aberto	sim
<b>TELEFONES PARA CONTATO</b>		<b>E-MAIL PARA CONTATO:</b>
TELEFONE: (69) 3212-9243		<a href="mailto:atendimento@supel.ro.gov.br">atendimento@supel.ro.gov.br</a>
<b>OBSERVAÇÕES GERAIS:</b>		
1. Maiores informações e esclarecimentos sobre o certame serão prestados nas dependências da Superintendência Estadual de Licitações, sito a Av. Farquar, 2986, bairro: Pedrinhas, Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos, 2º andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470.		
2. Informamos que devido a atualização do sistema compras.gov.br, para fins de pesquisa da licitação deverá ser inserido o número <b>90000</b> antes do número do certame. <b>(EX.: 90001/2024)</b>		

SUMÁRIO

1.
- DO PREÂMBULO;
2.
- DO OBJETO;
3.
- DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO;
4.
- DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO;
5.
- DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE;
6.
- DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO;
7.
- DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE;
8.
- A FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS;

9. DA FASE DE HABILITAÇÃO;
10. DO RECURSO;
11. DA HOMOLOGAÇÃO;
12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO;
13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES;
14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA;
15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS;
16. DOS ANEXOS;

## 1. DO PREÂMBULO

**1.1. A SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE LICITAÇÕES**, por meio da **Portaria nº 50/2025/GAB/SUPEL**, de 23 de abril de 2025, publicada no DOE na data 23 de Abril de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade de **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **90041/2025/SUPEL/RO**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, com o **Método de Disputa: ABERTO**, em conformidade com a Lei Federal nº. 14.133, de 2021, Decreto Estadual nº 28.874/2024, a Lei Complementar nº 123/06, e suas alterações, e demais legislações vigentes, tendo como interessado (a) **Secretaria de Estado da Educação - SEDUC-RO**.

1.1.1. O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.gov.br/compras/pt-br>

1.1.2. A sessão inaugural deste PREGÃO ELETRÔNICO dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário estabelecidos.

1.1.3. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e locais estabelecidos no preâmbulo deste Edital, desde que não haja comunicação do(a) Pregoeiro(a) em contrário.

1.1.4. Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília/DF.

## 2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente licitação é a **Contratação Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Serviços de Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência - Anexo I.

2.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no sistema eletrônico – Portal de Compras do Governo Federal, e as especificações constantes no ANEXO I deste Edital – Termo de Referência, prevalecerão as últimas.

**2.3. Das especificações técnicas/quantidades do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 3.1 e 3.15 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.4. Da garantia do objeto:** Ficam aquelas estabelecidas no item 6.16 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.5 Das condições contratuais/garantia do contratual:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 6.10 a 6.14 e 8.1 a 8.5 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.6. Do reajuste e supressão contratual:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 6.15 e 17 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.7. Da fiscalização e acompanhamento do recebimento/execução do objeto:** Ficam

aquelas estabelecidas nos itens 7, 8.8 a 8.28 e seus subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.8. Da entrega/recebimento:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 6.3 e 9.2 a 9.18 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.9. Do pagamento:** Ficam aquelas estabelecidas nos itens 9.19 a 9.38 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.10. Da obrigação da contratada:** Ficam aquelas estabelecidas no item 15 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.11. Da obrigação da contratante:** Ficam aquelas estabelecidas no item 14 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

**2.12. Dos critérios de sustentabilidade:** Ficam aquelas estabelecidas no item 6.2 e subitens do Anexo I – Termo de Referência, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

### **3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

3.1. De acordo com o Art. 164, da Lei nº 14.133, de 2021, qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, observado o seguinte procedimento:

3.1.1. Envio exclusivo para o endereço eletrônico: **atendimento@supel.ro.gov.br**;

3.1.2. Após o envio do e-mail, a licitante deverá certificar-se quanto à confirmação de recebimento pelo Núcleo de Atendimento desta Superintendência, para não tornar sem efeito, pelo telefone **(069) 3212-9243** ou ainda, concomitantemente, caso julgue necessário, protocolar o original presencialmente na SUPEL, no horário das 07h30min. às 13h30min (horário local), de segunda-feira a sexta-feira, situada na Av. Farquar, 2986 - Bairro: Pedrinhas Complemento: Complexo Rio Madeira, Ed. Pacaás Novos - 2º Andar, em Porto Velho/RO - CEP: 76.801-470;

3.1.3. Mencionar o número do Pregão, o ano e o número do processo licitatório.

3.2. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame, de forma que a concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada nos autos do processo de licitação.

3.3. A decisão do(a) Pregoeiro(a) quanto a impugnação será informada preferencialmente via e-mail (aquele informado na impugnação), e através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site Compras.gov.br, sendo necessariamente divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo(a) Pregoeiro(a), na forma do Art. 164, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

3.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

### **4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

4.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Portal de Compras do Governo Federal (<https://www.gov.br/compras/pt-br>), por meio de Certificado Digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.

4.2. Os licitantes deverão obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e de seus anexos.

4.2.1. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

4.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.6. Não poderão disputar esta licitação, direta ou indiretamente:**

4.6.1. Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.6.2. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de penalidade que lhe foi imposta de:

4.6.2.1. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Estado de Rondônia, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.2.2. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.6.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.6.4. Aquele que se enquadre no disposto no art. 14, da Lei n. 14.133, de 2021;

4.6.5. Agente público do órgão, agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, conforme §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

**4.6.6. Pessoas jurídicas reunidas em consórcio observar o art. 15 da Lei n. 14.133, de 2021 e disposição constante no item 6.7 do Anexo I - Termo de Referência.**

**4.6.7 Da subcontratação: Ficam aquelas estabelecidas no item 6.6 e subitens do Anexo I – Termo de Referência**, as quais foram devidamente aprovadas pelo ordenador de despesa do órgão requerente.

4.7. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

4.8. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão de seus dados e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles que se tornem desatualizados.

4.9. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar **desclassificação** ou inabilitação.

**5. DO BENEFÍCIO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

5.1. Na forma do Art. 4º, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, aplicam-se às licitações e contratos disciplinados por esta Lei as disposições constantes dos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, devendo atentar às regras estabelecidas no regramento específico citado.

5.2. Para obtenção de benefícios a que se refere este item, a licitante deverá apresentar:

5.2.1. Declaração, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021;

5.2.2. Declaração de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha

celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.3. A empresa de pequeno porte que, no ano-calendário, exceder o limite de receita bruta anual, previsto no inciso II, do caput do artigo 3º da Lei Complementar n. 123/06, fica excluída, no mês subsequente à ocorrência do excesso, do tratamento jurídico diferenciado, bem como do regime de que trata o art. 12, para todos os efeitos legais, ressalvado o disposto nos §§9º-A, 10 e 12, da mesma LC 123/06.

5.3. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, neste Edital e em normas correlatas.

## **6. DO REGISTRO DA PROPOSTA NO SISTEMA ELETRÔNICO**

6.1. A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do Licitante a partir da data da liberação do Edital, até o horário limite de início da Sessão Pública, horário de Brasília, devendo ser encaminhado, exclusivamente por meio do sistema, quando convocado, a proposta de preço, conforme exigências do Edital.

6.2. O licitante deverá registrar sua proposta, no sistema eletrônico, observando os seguintes campos: Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto; descrição detalhada do objeto, contendo as informações conforme à especificação do Termo de Referência.

6.2.1. A licitante deverá preencher o campo "marca" apenas com a marca específica do produto que deseja ofertar, sob pena de ser desclassificada caso não esteja de acordo.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

6.6. As propostas registradas através do preenchimento no momento do cadastro no Sistema COMPRAS.GOV.BR NÃO DEVEM CONTER NENHUMA IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA PROPONENTE, visando atender o princípio da impessoalidade e preservar o sigilo das propostas.

6.7. Quando da inclusão do anexo da proposta no sistema eletrônico, as empresas deverão fornecer as informações necessárias para a identificação da proposta em conformidade com o item 13 do Anexo I deste edital - Termo de Referência, que somente será pública após a fase de lances

## **7. DA FORMULAÇÃO DE LANCES, CONVOCAÇÃO ME/EPP E CRITÉRIO DE DESEMPATE**

7.1. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.2. O lance deverá ser ofertado pelo valor **UNITÁRIO** de cada item.

7.3. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.4. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.5. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta, deverá ser de:

a) 1% (um por cento), quando o item licitado possuir valor estimado acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);



b ) 2% (dois por cento), quando o item licitado possuir valor estimado de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

7.6. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.

7.7. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa **Aberto**, conforme item 3.12.1 do Anexo I deste edital - Termo de Referência

7.8. Após o encerramento da etapa de lances, será verificado se há empate entre as licitantes que neste caso, por força da aplicação da exclusividade obrigatoriamente se enquadram como Microempresa – ME ou Empresa de Pequeno Porte – EPP, conforme determina a Lei Complementar n. 123/06, CONTROLADO SOMENTE PELO SISTEMA COMPRAS.GOV.BR.

7.9. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021., nesta ordem:

a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos na Lei nº 14.133, de 2021;

c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**7.10. Persistindo o empate, será realizado SORTEIO ELETRÔNICO através do sistema ComprasGov, em sessão pública entre as propostas empatadas, nos moldes do artigo 28, §§ 1º e 2º da Instrução Normativa SEGES/MGI N° 79.**

**7.11. Em caso de impossibilidade de utilização do subitem 7.10, a sessão pública de sorteio será efetuada de forma presencial, podendo qualquer interessado participar, sendo transmitida em canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL, sendo observado os procedimentos, a saber:**

a) Informação no chat da sessão pública quanto: data, hora e local da sessão para o procedimento de desempate das propostas, a ser realizado no site [sorteador.com.br](http://sorteador.com.br) (ou outro compatível);

b) Por ordem alfabética, será disponibilizado a indicação dos nomes das licitantes, que se encontram em situação de propostas empatadas, no site indicado na alínea "a" do subitem 7.11;

c) A primeira licitante sorteada, será a primeira classificada. A sequência classificatória das propostas empatadas seguirá em ordem sucessiva;

d) A sessão será oficialmente encerrada após a conclusão desses procedimentos, e o registro audiovisual da sessão permanecerá para visualização no canal oficial da Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL.

e) Haverá transmissão ao vivo da sessão do sorteio nos canais oficiais SUPEL: <https://www.youtube.com/@supelro5251> e <https://www.instagram.com/supelrondonia/>

f) Haverá lavratura de ata de sorteio, com presença de testemunhas, que será incluída no processo administrativo;

7.12. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

## **8. DA FASE DE NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS**

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame,

conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 7 deste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

8.2. Seguidamente será realizada a negociação e atualização dos preços por meio do CHAT MENSAGEM do sistema Compras.gov.br, devendo o (a) Pregoeiro (a) examinar a compatibilidade dos preços em relação ao estimado para contratação.

8.2.1. Serão aceitos somente preços em moeda corrente nacional (R\$), com valores unitários e totais com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no Anexo I – Termo de Referência. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o (a) Pregoeiro (a), poderá convocar no chat de mensagens para atualização do referido lance e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os para menos automaticamente caso a licitante permaneça inerte.

8.3. O (a) Pregoeiro (a) não aceitará o item cujo preço seja superior ao estimado (valor de mercado) para a contratação.

8.3.1. Sob análise do (a) Pregoeiro (a), poderá ser convocada todas as licitantes, que estejam dentro do valor estimado para contratação, para que no prazo máximo de 02 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie a proposta adequada ao último valor ofertado, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital.

8.3.2. Caberá ao licitante remeter no prazo estabelecido, exclusivamente via sistema Compras.gov, a proposta atualizada com o preço ou desconto, sob pena de desclassificação.

8.3.3.. A PROPOSTA DE PREÇOS deverá conter: o valor devidamente atualizado do lance e/ ou da negociação ofertados, com a especificação completa do objeto, contendo marca/modelo/fabricante.

8.4. Para fins de aceitação da proposta o (a) Pregoeiro (a) examinará a proposta ajustada quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação aos valores estimados para contratação, podendo solicitar manifestação técnica e jurídica de outros setores do órgão, a fim de subsidiar sua decisão.

8.5. Quando houver indícios de inexecutabilidade da proposta de preço, será oportunizado ao licitante o Princípio do Contraditório e da Ampla Defesa, para que querendo esclareça a composição do preço da sua proposta, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do artigo 59 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.6. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do órgão requisitante, ou da área especializada no objeto.

8.7. A PROPOSTA DE PREÇOS, inserida no sistema de Compras.gov.br deverá estar de acordo com o item 13 do Anexo I - termo de Referência.

8.8. **As propostas terão validade mínima de 90 (noventa) dias**, a contar da data de sua apresentação.

8.8.1 A SUPEL solicitará às empresas, cujas propostas estiverem com prazo de vencimento inferior a **10 (dez) dias**, após declarada habilitada, que façam a devida atualização com o intuito de dar celeridade ao processo de adjudicação e homologação pela Unidade Gestora.

8.8.2. As propostas com prazo de vencimento superior ao mencionado no item 8.8.1., serão enviadas imediatamente à Unidade Gestora sem a referida atualização temporal, para que se dê início ao procedimento homologatório.

8.8.2.1. Quando o processo for encaminhado para homologação juntamente com a proposta atualizada, cujo prazo de vencimento seja superior a 10 (dez) dias, ficará a cargo da SUPEL informar à Unidade o prazo em dias restante para o vencimento.

8.8.3. Decorrido o prazo de vencimento da proposta sem que a Unidade Gestora promova a homologação, a esta recai a responsabilidade de solicitar às licitantes a atualização.

8.8.4. O procedimento mencionado no item 8.8.1 será dispensado nos processos em que for certificada a necessidade de prioridade de tramitação, de modo que as propostas serão encaminhadas à Unidade Gestora para os atos de homologação, desde que dentro da validade, após finalizada a fase de

habilitação.

8.9. Na ocasião da homologação, caso haja divergências entre o valor constante na proposta, enviado pela licitante, e o valor final das negociações registradas no Termo de Julgamento, será considerado o registrado no Termo para fins de homologação.

## **9. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

9.1. Serão realizadas consultas, ao Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP, instituído pela Lei Estadual 2.414, de 18 de fevereiro de 2011, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS/CGU (Lei Federal 12.846/2013), Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)) e Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU.

9.2. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.3. A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO ANEXADA NO SISTEMA COMPRAS.GOV TERÁ EFEITO PARA TODOS OS ITENS, OS QUAIS A EMPRESA ENCONTRA-SE CLASSIFICADA.

9.4. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF e/ou Cadastro Geral de Fornecedores – CAGEFOR da SUPEL, assegurando aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

9.4.1. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

9.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar inabilitação.

9.6. A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

9.7. O Pregoeiro, após a aceitação do(s) item(ns), convocará a licitante melhor classificada para que, no prazo de até 2 (duas) horas, se outro prazo não for fixado, envie os documentos de habilitação.

**9.8. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:**

9.8.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

9.8.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

9.9. Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

9.10. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC n. 123, de 2006 e alterações.

9.11. Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado prazo de 5 (cinco) dias úteis para sua regularização pelo licitante, prorrogável por igual período, com início no dia em que o proponente for declarado vencedor do certame.

9.11.1. A prorrogação do prazo previsto no subitem 9.11. poderá ser concedida, a critério da Administração Pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.11.2. Ressalvado os documentos possíveis de verificação conforme item 9.4, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital e anexos, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

#### **9.12. RELATIVOS À REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA**

- a) Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- c) Prova de regularidade perante a Fazenda federal;
- d) Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;
- f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho

9.12.1. Será admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

#### **9.13. RELATIVOS À HABILITAÇÃO JURÍDICA**

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/>;
- c) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- f) No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.
- g) No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.
- h) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.13.1. Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

## **9.14. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA**

9.14.1. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 10.6 e subitens do Anexo I deste edital - Termo de Referência.

## **9.15. RELATIVOS À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.15.1. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão aqueles estabelecidos no item 10.7 e subitens do Anexo I deste Edital – Termo de Referência.

9.16. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.16.1. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcionem no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

## **9.17. DAS DECLARAÇÕES:**

9.17.1. As licitantes deverão dispor as seguintes declarações:

- a) Declaração de que atende aos requisitos de habilitação
- b) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social.
- c) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas previstos na CF/88, e demais legislações correlatas.
- d) Declaração do cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- e) Declaração, caso se enquadre, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- f) Declaração, caso se enquadre, de que no ano-calendário de realização da licitação ainda não tenha celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, na forma do Art. 4º, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021.
- g) Outras declarações eventualmente exigidas no Anexo I deste edital - Termo de Referência

9.18. Poderá ser dispensada a apresentação das documentações exigidas em sessão, desde que as mesmas se façam constar na plataforma Compras.gov.

9.19. As licitantes que deixarem de apresentar os documentos exigidos para a Habilitação ou os apresentar em desacordo com o estabelecido neste Edital, serão inabilitadas.

## **10. DO RECURSO**

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021 após a fase de Julgamento e Habilitação, declarada a empresa VENCEDORA do certame, qualquer Licitante dentro do prazo poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata sua intenção de recorrer no prazo mínimo de 10 (dez) minutos, em cada fase.

10.1.1. A intenção de recorrer deverá ser registrada imediatamente, sob pena de preclusão.

10.2. As razões do recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio no sistema, no prazo de três dias úteis, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de

habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 8º, da ata de julgamento.

10.3. Os demais licitantes ficarão intimados para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias úteis, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.4. Será assegurado ao licitante vista dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos que não possam ser aproveitados.

10.7. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.8. O recurso terá efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

## **11. DA HOMOLOGAÇÃO**

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior da unidade demandante para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **12. DA REVOGAÇÃO E DA ANULAÇÃO**

12.1. A autoridade superior poderá revogar o procedimento licitatório por motivo de conveniência e oportunidade, e deverá anular por ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, assegurada a prévia manifestação dos interessados.

§ 1º O motivo determinante para a revogação do processo licitatório deverá ser resultante de fato superveniente devidamente comprovado.

§ 2º Ao pronunciar a nulidade, a autoridade indicará expressamente os atos com vícios insanáveis, tornando sem efeito todos os subsequentes que deles dependam, e dará ensejo à apuração de responsabilidade de quem lhes tenha dado causa.

§ 3º Na hipótese da ilegalidade de que trata o caput ser constatada durante a execução contratual, aplica-se o disposto no art. 147 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **13. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

13.1. A licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal e **sanções previstas no item 16 e subitens do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.**

13.2. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública do Estado de Rondônia.

## **14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. Os recursos financeiros necessários para acobertar as despesas decorrentes da contratação, estão consignados no orçamento da **Secretaria de Estado da Educação - SEDUC-RO**, conforme estabelecido no **item 20 do Anexo I deste Edital - Termo de Referência.**

## **15. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

15.1. A qualquer momento, após a aceitação das propostas, poderão, os licitantes ser convocados a atualizar sua validade, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de desclassificação.

15.2. Será divulgada ata da sessão pública nos sistemas



eletrônicos: <https://www.gov.br/compras/pt-br> e no site <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/>.

15.3. As disposições atinentes à fiscalização e à gestão do contrato, à entrega do objeto e às condições de pagamento deverão ser observadas no Anexo I - Termo de Referência deste Edital.

15.4. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

15.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

15.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

15.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

15.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

15.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

15.10. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

15.11. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://rondonia.ro.gov.br/supel/licitacoes/> <https://www.gov.br/compras/pt-br>

15.12. Fica o licitante incumbido de acompanhar todas as operações no sistema. Em caso de problemas técnicos/operacionais dentro da plataforma Compras.gov, deverá ser feita imediata manifestação pela empresa, direta e concomitantemente, à Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL via telefone e/ou e-mail (ambos informados no resumo deste edital), sob pena de preclusão do direito de alegação em sede recursal.

15.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o (a) Pregoeiro (a) persistir por tempo superior a 1 (uma) hora, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo (a) Pregoeiro (a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

15.14. Ante eventual ausência de regramento específico em Edital, deverão ser observados os inseridos no Termo de Referência, sempre pautando-se na legislação vigente.

## **16. DOS ANEXOS**

**16.1.** Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

**ANEXO I** - Termo de Referência (0059629467);

**ANEXO II** - Mapa de Risco (0056074658);

**ANEXO III** - Modelo de Minuta de Contrato (0059638840);

**ANEXO IV** - SAMS (0056411774);

**ANEXO V** - Quadro Estimativo de Preços (0056706355);

**ANEXO VI** - Quadro Detalhado - Centro de Convivência JOER 2025 (0055201839)

**ANEXO VII** - Justificativa da Subcontratação (0055201623)

Porto Velho-RO, 16 de maio de 2025.

***Marina Dias de Moraes Taufmann***  
Portaria nº 50 de 23 de abril de 2025  
Pregoeira da Comissão Saúde 3 - SUPEL/RO

Elaborado por:  
João Vitor Peixoto Nóia



Documento assinado eletronicamente por **Marina Dias de Moraes Taufmann**, **Pregoeiro(a)**, em 16/05/2025, às 10:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0058085846** e o código CRC **4844761B**.

**Referência:** Caso responda este Instrumento Convocatório, indicar expressamente o Processo nº 0029.060408/2024-06

SEI nº 0058085846





GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

## TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. IDENTIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: Secretaria de Estado da Educação - SEDUC-RO

Unidade Requisitante: Coordenadoria de Educação Física, Artes, Cultura e Esporte Escolar

Unidade Solicitante: Gerência de Planejamento de Contratos de Serviços - SEDUC-GPCS

### 2. BASE LEGAL:

**2.1.** O presente Termo de Referência apresenta as informações fundamentais a serem consideradas durante o procedimento licitatório, visando prover a contratação de serviços de terceiros - Pessoa Jurídica, objetos deste, nos termos da legislação pertinente, conforme estabelece o disposto nos artigos da Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133 de 1º de abril de 2021 e do Decreto Estadual nº 28.874/24, o qual regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia.

### 3. OBJETO:

Constitui objeto do presente Termo de Referência, a **Contratação Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Serviços de Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

#### 3.1 Quadro Resumido de Especificações Técnicas, Serviços e Quantitativos dos Lotes/Itens

Lote	Código (CATMAT / CATSER)	Detalhamento do objeto	Unidade de Medida	Quantidade estimada de dias
<b>LOTE I - CACOAL/RO</b>				
1	22721	<b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de <b>Cacoal/RO, em perímetro urbano</b> , para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025 Fase Estadual <b>Etapa Modalidades Infantil 12 a 14 anos, no período de 02 a 12 de agosto de 2025.</b>	DIÁRIA	13
<b>LOTE II - PORTO VELHO/RO</b>				
2	22721	<b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de <b>Porto Velho/RO, em perímetro urbano</b> , para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, Fase Estadual <b>Paraolímpica (12 a 14, 15 a 18 anos e acima), no período de 11 a 16 de outubro de 2025.</b>	DIÁRIA	08
<b>LOTE III - JI PARANÁ/RO</b>				
3	22721	<b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de <b>Ji Paraná/RO, em perímetro urbano</b> , para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, Fase Estadual <b>Juvenil 15 a 17 anos, no período de 19 a 30 de agosto 2025.</b>	DIÁRIA	14
<b>- OBSERVAÇÃO:</b> Neste quadro acima, as especificações encontram-se resumidas. Para o completo conhecimento do detalhamento das especificações técnicas do objeto a ser contratado, o licitante interessado deverá consultar o Anexo VI - Quadro Detalhado de Especificação Técnica dos Itens, Serviços e Quantidades (0055201839)				

#### 3.2. Natureza do Serviço:

**3.2.1.** Os Serviços Objeto desta Contratação são caracterizados como comum (ns), uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade segundo especificações usuais no mercado, nos termos do art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/21.

**3.3.** A contratação será realizada por meio de licitação, na modalidade Pregão, na sua forma eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

**3.4.** Para a prestação dos serviços pretendidos os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar todos os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

**3.5.** O prazo de execução, do objeto licitado deverá ser de acordo com a necessidade da SEDUC-RO, a contar do recebimento da ordem de serviço, em no máximo até 5 (cinco) dias.

**3.6.** A contratação observará as disposições da LC nº 123/06, no que couber.

**3.7.** Considerando a especificidades do objeto e sua execução, a contratante estima que as quantidades poderão ser efetivamente utilizados 100 % (cem por cento), podendo no transcorrer da execução serem acrescidas ou suprimidas em até 25% (vinte e cinco por cento), conforme art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

**3.8.** Para esta contratação as licitantes interessadas deveram formular suas propostas considerando 100% (cem por cento) dos quantitativos estipulados por item, não sendo permitido propor quantidade inferior ao máximo solicitado.

**3.9.** O serviço é enquadrado como não continuado tendo em vista não haver necessidade em caráter permanente para a execução dos serviços a serem desenvolvidos nos moldes programados pela Coordenadoria de Educação Física, Arte, Cultura e Esporte Escolar – SEDUC-CEFACEE, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando os custos de realização de uma nova contratação e o reajuste por índice oficial de mercado (IPCA).

**3.10.** A execução dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da CONTRATADA e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

**3.11.** As especificações contidas nos lotes/itens, deste Termo de Referência, adequam-se no código 22721, constante do CATMAT/CATSERV – Código do Material do Sistema COMPRAS.GOV

#### 3.12. Do Modo de Disputa

- 3.12.1.1.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“aberto”**, em conformidade com art. 42, Inciso XIII e art. 22, Inciso II, da IN 73/2022.
- 3.12.1.1.1.** Em consonância ao inciso I do Art. 56 da Lei nº 14.133, de 2021, no modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, visto que se trata de um pregão cujo o critério de julgamento é menor preço para os itens da licitação.
- 3.12.1.1.2.** Outrossim, no modo de disputa aberto, a fase de lances resume-se à disputa eletrônica, realizada por todos os licitantes, oportunidade em que os valores são registrados pelo sistema e o lance vencedor é aquele que contém o melhor preço, obtido no encerramento dessa etapa de disputa.
- 3.12.1.1.3.** O estímulo contínuo da disputa de preços no modo aberto, ou seja, os lances sucessivos e públicos, afasta todo risco de empresas amadoras (novas no mercado) lançassem valor fora do mercado numa etapa fechada (que é sigilosa). Os preços em disputa aberta ficam claros para melhor competição entre os participantes. Então, evitar riscos na contratação contribui para ter uma licitação que alcance mais prontamente os resultados pretendidos.
- 3.12.1.1.4.** Outrossim, não foi possível identificar que optar por modo disputa diferente do "modo aberto" venha a trazer vantagem para a Administração e nem mesmo aponta simplificação do processo ou celeridade no resultado da licitação.

**3.12. Vigência**

**3.12.1. Da Vigência do Contrato:**

- 3.12.1.1.1.** O prazo de vigência da contratação é de **até 12 meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, pelas partes, com execução a partir do recebimento da primeira Ordem de Serviço, com prorrogação, na forma do artigo 106, da Lei nº 14.133, de 2021, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 3.12.1.1.2.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 3.12.1.1.3.** Por ter sido adotado a modalidade de Pregão Eletrônico, com julgamento de Menor Preço por Lote, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens, exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

**3.13. Resultados Pretendidos e Contratações Correlatas**

- 3.13.1.** Estão previstos nos itens 14. e 12. e subitens, do Estudo Técnico Preliminar 297(0056014607).

**3.14. Risco**

- 3.14.1.** A Avaliação de Riscos, para a presente contratação encontra-se detalhada no Mapa de Risco 189 (0056074658).

**3.15. Das Quantidades Estimadas para a Contratação**

- 3.15.1.** As quantidades estimadas neste instrumento tem por base a demanda encaminhada pela Gerência de Esporte Escolar - GEE, informada no Levantamento de Necessidades (0053521915) e Documento de Formalização de Demanda - DFD 154 (0053436256).
- 3.15.1.1.1.** É necessário o acréscimo de **01 (um) dia antes da realização do evento para que sejam feitas as adequações dentro do espaço, como por exemplo, organização das cadeiras, mesas, rechauds, cozinha, treliças, banners, etc., bem como, 01 (um) dia depois da realização do evento para desmontagem de toda estrutura citada.**

O objeto é composto por 03 (três) lotes, com as seguintes especificações e estimativas:

Item	Código (CATMAT / CATSER)	Detalhamento do objeto	Unidade de Medida	Quantidade estimada de dias
LOTE I - CACOAL/RO				
1	22721	<p><b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de <b>Cacoal/RO, em perímetro urbano</b>, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025 Fase Estadual <b>Etapa Modalidades Infantil 12 a 14 anos, no período de 02 a 12 de agosto de 2025.</b> O espaço deverá atender as características a seguir relacionadas:</p> <p><b>O Espaço Físico</b> que deverá possuir uma área coberta de alvenaria com uma metragem <b>mínima</b> aproximada de 900 m² (novecentos metros quadrados), composto por instalações elétricas, hidráulica e esgoto em perfeitas condições de uso com no mínimo duas entradas; para execução da área de Convivência (área de descanso), com jogos alternativos (Dama, Xadrez etc), Futebol de Botão, Clínicas Esportiva (Basquete 3 x 3, etc...), Pebolim e Tênis de Mesa, cerimônias de premiação e montagem do restaurante central. Deverá fazer parte da edificação contratada:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- <b>No mínimo 02 banheiros e sanitários coletivos</b>, sendo 01 masculino e 01 feminino para atender 10 pessoas simultaneamente.</li><li>- <b>Centrais de Ar condicionado</b> para climatização do ambiente das 10 h às 23h, sendo os mesmos devendo estar em funcionamento durante todo esse período.</li><li>- <b>01 Ambiente</b> adequado com dimensões de no <b>mínimo</b> de 10 m x 10 m para montagem da cozinha e instalação de equipamentos para preparação e conservação de alimentos e higienização de utensílios utilizados para servir alimentação aos participantes dos jogos, contendo com os seguintes equipamentos: balcões de mármore com pias de aço inoxidáveis (para higienização de pratos, talheres e demais utensílios de cozinha), balcões de mármore para pré-preparo e preparo de alimentos, com sistema de ventilação ou exaustão e depósito para armazenar alimentos.</li><li>- <b>Palco</b> medindo no <b>mínimo</b> (5 m de frente, 5 m de profundidade e no mínimo 80 cm de altura e rampa de acessibilidade) para apresentações culturais e cerimônias de premiação.</li></ul> <p><b>A contratada deverá</b> instalar no espaço uma praça de alimentação para atendimento de refeições (almoço e jantar) com no <b>mínimo</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- <b>50 (cinquenta) mesas</b>, com tampões redondos de compensados com 06 (seis) cadeiras plásticas para</li></ul>	DIÁRIA	13

		<p>acomodação mínima de <b>aproximadamente 300 (trezentas)</b> pessoas, e toalhas de tecido para forrar as mesas.</p> <p>- <b>Limpeza, equipe de higiene diária</b> (manhã - 09h às 12h, tarde - 12h às 15h e noite - 16h às 21h) com no <b>mínimo 04 pessoas sendo 02 (duas) de toda área do estabelecimento</b>, ou seja, os 900 m² (Centro de Convivência, Restaurante Central, Banheiros) e <b>02 (duas) para higienização das mesas no momento das refeições</b> (conforme utilização de cada mesa) e com troca de toalhas (se for o caso), em cada período de refeições.</p> <p>Sendo de responsabilidade da mesma todos os materiais de limpeza e higiene (produtos químicos/sanitizantes, papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico, álcool em gel e álcool líquido 70% disponibilizados em recipientes apropriados).</p> <p>- <b>02 bebedouros industriais</b> para fornecimento de água potável, gelada para atendimento de toda demanda do JOER/2025, com copos descartáveis.</p> <p>- <b>Serviços de Manutenção</b> para solução de problemas da rede hidráulica, esgoto e elétrica da área locada, a serem solucionados de imediato, assim que solicitado pela Coordenação do evento.</p> <p>- <b>Internet WI-FI ou de cabo durante o período de locação (24 h)</b> para atender a necessidade dos participantes no Centro de Convivência (<b>celulares dos participantes, média diária de circulação de 600 pessoas</b>).</p> <p>- <b>Serviço de Segurança (certificada)</b> todos os dias do evento (manhã – 08h às 12h, tarde - 12h às 18h e noite – 18h às 23h), <b>sendo no mínimo 02 (duas) pessoas in loco por período</b>, totalizando no mínimo 6 seguranças diários. Os seguranças deverão possuir a <b>Carteira Nacional de Vigilante atualizada apresentada no primeiro dia do Evento</b>.</p>		
<b>LOTE II - PORTO VELHO/RO</b>				
2	22721	<p><b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de <b>Porto Velho/RO, em perímetro urbano</b>, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, <b>Fase Estadual Paraolímpica</b> (12 a 14, 15 a 18 anos e acima), no período de <b>11 a 16 de outubro de 2025</b>.</p> <p><b>O Espaço Físico</b> deverá ser acessível a pessoas com deficiências, ou seja, promover a <b>acessibilidade</b> significa assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso, atendendo as características a seguir relacionadas:</p> <p>- <b>Rampas</b> - As rampas são formas de acessibilidade que precisam ser bem planejadas e construídas;</p> <p>- <b>Nivelamento de piso;</b></p> <p>- <b>Barras de apoio;</b></p> <p>- <b>Piso antiderrapante.</b></p> <p>- <b>No mínimo 02 banheiros e sanitários coletivos</b>, sendo 01 masculino e 01 feminino para atender 10 pessoas simultaneamente.</p> <p>- <b>Centrais de Ar condicionado</b> para climatização do ambiente das 10 h às 23h, sendo os mesmos devendo estar em funcionamento durante todo esse período.</p> <p>- <b>01 Ambiente</b> adequado com dimensões de no <b>mínimo</b> de 10 m x 10 m para montagem da cozinha e instalação de equipamentos para preparação e conservação de alimentos e higienização de utensílios utilizados para servir alimentação aos participantes dos jogos, contendo com os seguintes equipamentos: balcões de mármore com pias de aço inoxidáveis (para higienização de pratos, talheres e demais utensílios de cozinha), balcões de mármore para pré-preparo e preparo de alimentos, com sistema de ventilação ou exaustão e depósito para armazenar alimentos.</p> <p>- <b>Palco</b> medindo no <b>mínimo</b> (5 m de frente, 5 m de profundidade e no mínimo 80 cm de altura e rampa de acessibilidade) para apresentações culturais e cerimônias de premiação.</p> <p><b>A contratada deverá</b> instalar no espaço uma praça de alimentação para atendimento de refeições (almoço e jantar) com no <b>mínimo</b>:</p> <p>- <b>50 (cinquenta) mesas</b>, com tampões redondos de compensados com 06 (seis) cadeiras plásticas para acomodação mínima de <b>aproximadamente 300 (trezentas)</b> pessoas, e toalhas de tecido para forrar as mesas.</p> <p>- <b>Limpeza, equipe de higiene diária</b> (manhã - 09h às 12h, tarde - 12h às 15h e noite - 16h às 21h) com no <b>mínimo 04 pessoas sendo 02 (duas) de toda área do estabelecimento</b>, ou seja, os 900 m² (Centro de Convivência, Restaurante Central, Banheiros) e <b>02 (duas) para higienização das mesas no momento das refeições</b> (conforme utilização de cada mesa) e com troca de toalhas (se for o caso), em cada período de refeições.</p> <p>Sendo de responsabilidade da mesma todos os materiais de limpeza e higiene (produtos químicos/sanitizantes, papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico, álcool em gel e álcool líquido 70% disponibilizados em recipientes apropriados).</p> <p>- <b>02 bebedouros industriais</b> para fornecimento de água potável, gelada para atendimento de toda demanda do</p>	DIÁRIA	08

		<p>JOER/2025 com copos descartáveis.</p> <p>- <b>Serviços de Manutenção</b> para solução de problemas da rede hidráulica, esgoto e elétrica da área locada, a serem solucionados de imediato, assim que solicitado pela Coordenação do evento.</p> <p>- <b>Internet WI-Fi ou de cabo durante o período de locação (24 h)</b> para atender a necessidade dos participantes no Centro de Convivência (<b>celulares dos participantes, média diária de circulação de 600 pessoas</b>).</p> <p>- <b>Serviço de Segurança (certificada)</b> todos os dias do evento (manhã – 08h às 12h, tarde - 12h às 18h e noite – 18h às 23h), <b>sendo no mínimo 02 (duas) pessoas in loco por período</b>, totalizando no mínimo 6 seguranças diários. Os seguranças deverão possuir a <b>Carteira Nacional de Vigilante atualizada apresentada no primeiro dia do Evento</b>.</p>		
LOTE III - JI PARANÁ/RO				
3	22721	<p><b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de Ji Paraná/RO, em <b>perímetro urbano</b>, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, Fase Estadual Juvenil 15 a 17 anos, no período <b>de 19 a 30 de agosto 2025</b>. O espaço deverá atender as características a seguir relacionadas:</p> <p><b>O Espaço Físico</b> que deverá possuir uma área coberta de alvenaria com uma metragem <b>mínima</b> aproximada de 900 m² (novecentos metros quadrados), composto por instalações elétricas, hidráulica e esgoto em perfeitas condições de uso com no mínimo duas entradas; para execução da área de Convivência (área de descanso), com jogos alternativos (Dama, Xadrez etc), Futebol de Botão, Clínicas Esportiva (Basquete 3 x 3, etc...), Pebolim e Tênis de Mesa, cerimônias de premiação e montagem do restaurante central. Deverá fazer parte da edificação contratada:</p> <p>- <b>No mínimo 02 banheiros e sanitários coletivos</b>, sendo 01 masculino e 01 feminino para atender 10 pessoas simultaneamente.</p> <p>- <b>Centrais de Ar condicionado</b> para climatização do ambiente das 10 h às 23h, sendo os mesmos devendo estar em funcionamento durante todo esse período.</p> <p>- <b>01 Ambiente</b> adequado com dimensões de no <b>mínimo</b> de 10 m x 10 m para montagem da cozinha e instalação de equipamentos para preparação e conservação de alimentos e higienização de utensílios utilizados para servir alimentação aos participantes dos jogos, contendo com os seguintes equipamentos: balcões de mármore com pias de aço inoxidáveis (para higienização de pratos, talheres e demais utensílios de cozinha), balcões de mármore para pré-preparo e preparo de alimentos, com sistema de ventilação ou exaustão e depósito para armazenar alimentos.</p> <p>- <b>Palco</b> medindo no <b>mínimo</b> (5 m de frente, 5 m de profundidade e no mínimo 80 cm de altura e rampa de acessibilidade) para apresentações culturais e cerimônias de premiação.</p> <p><b>A contratada deverá</b> instalar no espaço uma praça de alimentação para atendimento de refeições (almoço e jantar) com no <b>mínimo</b>:</p> <p>- <b>50 (cinquenta) mesas</b>, com tampões redondos de compensados com 06 (seis) cadeiras plásticas para acomodação mínima de <b>aproximadamente 300 (trezentas)</b> pessoas, e toalhas de tecido para forrar as mesas.</p> <p>- <b>Limpeza, equipe de higiene diária</b> (manhã - 09h às 12h, tarde - 12h às 15h e noite - 16h às 21h) com no <b>mínimo 04 pessoas sendo 02 (duas) de toda área do estabelecimento</b>, ou seja, os 900 m² (Centro de Convivência, Restaurante Central, Banheiros) e <b>02 (duas) para higienização das mesas no momento das refeições</b> (conforme utilização de cada mesa) e com troca de toalhas (se for o caso), em cada período de refeições.</p> <p>Sendo de responsabilidade da mesma todos os materiais de limpeza e higiene (produtos químicos/sanitizantes, papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico, álcool em gel e álcool líquido 70% disponibilizados em recipientes apropriados).</p> <p>- <b>02 bebedouros industriais</b> para fornecimento de água potável, gelada para atendimento de toda demanda do JOER/2025, com copos descartáveis.</p> <p>- <b>Serviços de Manutenção</b> para solução de problemas da rede hidráulica, esgoto e elétrica da área locada, a serem solucionados de imediato, assim que solicitado pela Coordenação do evento.</p> <p>- <b>Internet WI-Fi ou de cabo durante o período de locação (24 h)</b> para atender a necessidade dos participantes no Centro de Convivência (<b>celulares dos participantes, média diária de circulação de 600 pessoas</b>).</p> <p>- <b>Serviço de Segurança (certificada)</b> todos os dias do evento (manhã – 08h às 12h, tarde - 12h às 18h e noite – 18h às 23h), <b>sendo no mínimo 02 (duas) pessoas in loco por período</b>, totalizando no mínimo 6 seguranças diários. Os seguranças deverão possuir a <b>Carteira Nacional de Vigilante atualizada apresentada no primeiro dia do Evento</b>.</p>	DIÁRIA	14

### 3.16. Justificativa para a Exclusão da Participação de Pessoas Físicas

**3.16.1.** Consta no item 18. do Estudo Técnico Preliminar 297 0056014607.

### **3.17. Do Posicionamento Conclusivo**

**3.17.1.** Consta no item 19. do Estudo Técnico Preliminar 297 0056014607.

## **4. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

**4.1.** Esta contratação tem por objetivo analisar a viabilidade técnica e econômica para a contratação de empresa especializada em Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência, incluindo, manutenção de toda estrutura, serviços de limpeza, segurança, link de internet, além de materiais, equipamentos e mão de obra necessária à efetivação dos serviços, com objetivo de reunir em um único ambiente todos os alunos/atletas, alunos/artistas, Técnicos, Dirigentes e Coordenação Geral dos eventos para os **Jogos Escolares de Rondônia – JOER/2025**.

**4.2.** Promovendo celeridade e otimização dos demais serviços envolvidos na competição, ou seja, facilita o transporte no que se refere à centralização do local de refeições diárias (almoço e jantar), a premiação das modalidades no sentido de promover e valorizar a conquista dos alunos participantes em uma cerimônia envolvendo todos os demais alunos presentes de outras modalidades e escolas, para o melhor acompanhamento e fiscalização do fornecimento de alimentação para todos os envolvidos direta e indiretamente no evento, evitando a paralisação do calendário escolar, visto que, com essa contratação é necessário montar somente 01 (uma) cozinha com muito mais qualidade e eficácia na produção dos gêneros alimentícios previstos no cardápio dos JOER/2025, analisado e posteriormente aprovado pelo Gerência do Programas de Alimentação Escolar - GPAE.

**4.3.** Proporciona ainda, momentos de cultura, atividades educacionais e entretenimento para os alunos participantes, buscando a socialização, lazer e integração de todos os setores pertinentes aos jogos, que são Coordenação, Motoristas, Técnicos, Dirigentes e Alunos/Atletas.

**4.4.** A contratação de uma empresa especializada é fundamental para garantir a segurança e a funcionalidade dos Jogos Escolares de Rondônia (JOER), conforme cronograma. Essa medida visa proporcionar um ambiente adequado e propício para a realização desses eventos, contribuindo para o desenvolvimento e o bem-estar dos participantes e da comunidade em geral, facilitando a logística, promovendo a interação e otimizando recursos.

**4.5.** A empresa contratada fornecerá não apenas o espaço físico necessário, mas também será responsável pela manutenção de toda a estrutura, serviços de limpeza, segurança, link de internet e disponibilização de materiais, equipamentos e mão de obra indispensáveis para a realização efetiva dos serviços. Ao centralizar as atividades em um local especialmente designado para tal fim, o Centro de Convivência não apenas garantirá a segurança e comodidade dos participantes, como também contribuirá para fortalecer os laços comunitários, promover a inclusão social e estimular o desenvolvimento integral dos estudantes através da prática esportiva e artística.

**4.6.** A contratação em questão, já previamente adotada pela SEDUC em eventos anteriores e com eficácia comprovada, segue os mesmos parâmetros de processos anteriores, como por exemplo: 0029.005543/2023-08 e 0029.002886/2024-93. Considerando a ausência de espaço físico, setor ou servidor dentro da estrutura da SEDUC capaz de atender regularmente a essa demanda, será necessário contratar uma empresa especializada.

**4.7.** Portanto faz-se necessária a referida contratação, devido ao cronograma de atividades esportivas apresentado pela GEE, por meio dos processos, objetivando o envolvimento dos estudantes e profissionais das diversas regiões do Estado de Rondônia.

### **4.8. Do Interesse Público:**

**4.8.1.** O evento denominado Jogos Escolares de Rondônia foi instituído conforme, Art. 217 da Constituição Federal, Lei Federal nº. 9615/98, Decreto Federal nº 7.984/2013, Art. 216 de Constituição Estadual, Decreto Estadual nº 937/78, Lei Estadual nº 4.290/2018, Decreto Estadual nº 23.345/2018, Lei Estadual nº 3.821/2016 sendo realizado de acordo com o Capítulo X do Regulamento Geral dos Jogos – Da Participação.

**4.8.2.** O acontecimento tem a finalidade de promover, por meio da prática desportiva, a inter-relação sócia afetiva, educacional e cultural entre os jovens que fazem parte do sistema educacional de Rondônia, propiciando aos mesmos a oportunidade de participar na construção da cidadania, elevando os ideais de fraternidade, solidariedade, cultura da paz entre os povos e também o fair-play, além de reunir os estudantes e profissionais das diversas regiões do Estado de Rondônia, que atuam com o desporto educacional, promovendo assim o intercâmbio sócio desportivo e cultural entre os mesmos, além de fomentar conhecimento na área do desporto assim como demonstrar os benefícios que a prática esportiva pode trazer à saúde do indivíduo consequentemente o surgimento de novos talentos esportivos, através da prática do esporte escolar sempre norteado pelos princípios do respeito e da compreensão mútua. Prima o reconhecimento e valorização do trabalho do profissional que atua na área de Educação Física em nosso Estado, e profissionais de diversas áreas, bem como seleciona as Escolas e os Alunos/Atletas, técnicos e dirigentes, representantes estaduais para participação do Estado de Rondônia nos Jogos Escolares da Juventude Brasileira e Paraolimpíadas Escolares, promovida pelo Comitê Olímpico do Brasil/COB e Comitê Paraolímpico Brasileiro/CPB em parceria com o Ministério da Cidadania.

**4.8.3.** As Fases Estaduais dos **Jogos Escolares de Rondônia 2025** tem a estimativa de participantes nas categorias infantis e juvenis, sexos masculino e feminino, classificados em 01 (uma) Fase Macrorregional e 08 (oito) Fases Regionais e , entre alunos/atletas, técnicos e dirigentes, com a seguinte distribuição:

- **Fase Macrorregional Metropolitana** abrangendo os municípios de Porto Velho, Candeias do Jamary, Distritos sob a jurisdição da CRE de Porto Velho (Calama, São Carlos, Papagaios, Santa Catarina, Nazaré e Cuniã, do Baixo Madeira e Jaci-Paraná, União Bandeirantes e Nova Mutum, da BR 364) e Itapuã do Oeste;
- **Fase Regional Centro**, abrangendo os municípios de Cacoal, Espigão do Oeste, Ministro Andreazza, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia e São Felipe do Guaporé;
- **Fase Regional Cone Sul** abrangendo os municípios de Vilhena, Cabixi, Corumbiara, Cerejeiras, Chupinguaia, Colorado do Oeste e Pimenteiras do Oeste;
- **Fase Regional Zona da Mata**, abrangendo os Municípios de Rolim de Moura, Alto Alegre dos Parecis, Alta Floresta do Oeste, Castanheiras, Novo Horizonte do Oeste e Santa Luzia do Oeste;
- **Fase Regional Guaporé**, abrangendo os Municípios de Costa Marques, Nova Brasilândia do Oeste, São Francisco, São Miguel do Guaporé e Seringueiras;
- **Fase Regional Mamoré** abrangendo os municípios de Guajará-Mirim, Nova Mamoré e Distritos de Extrema, Fortaleza do Abunã, Nova Califórnia e Vista Alegre do Abunã.
- **Fase Regional Centro-Oeste** abrangendo os municípios de Ji-Paraná, Alvorada do Oeste, Mirante da Serra, Nova União, Ouro Preto do Oeste, Presidente Médici, Teixeiraópolis e Urupá;
- **Fase Regional Noroeste**, abrangendo os municípios de Jarú, Gov. Jorge Teixeira, Machadinho do Oeste, Theobroma, Vale do Anari e Vale do Paraíso;
- **Fase Regional Norte**, abrangendo os municípios de Ariquemes, Alto Paraíso, Buritis, Cacaúlândia, Campo Novo, Cujubim, Monte Negro e Rio Crespo.
- As Fases Macrorregionais e Regionais são seletivas, classificando as equipes e atletas campeãs para as **Fases Estaduais Paraolímpica, Estadual Infantil (12 a 14 anos) e Estadual Juvenil (15 a 17 anos)**.
- Destaca-se que as equipes e atletas campeões das Fases Estaduais Infantil, Juvenil e Paraolímpica do JOER 2025 representarão o Estado de Rondônia nos Jogos Escolares Brasileiros – JEBS, Jogos da Juventude – JJ e Paraolimpíadas Escolares - CPB, eventos que reúnem estudantes/atletas e paratletas de todos os Estados do Brasil.

### **4.9. Justificativa para o Parcelamento ou Não da Solução**

**4.9.1.** A opção da Secretaria de Educação - SEDUC pela divisão em lotes, fundamenta-se na busca pela máxima vantagem para a Administração Pública, alinhada à metodologia de agrupamento dos itens por município. Essa abordagem facilita a execução do cronograma de serviços, permitindo sua realização no menor tempo possível.

**4.9.2.** A estratégia de agrupamento dos serviços em lotes está plenamente alinhada com o disposto na Lei nº 14.133/2021 e Decreto nº 28.874/2024, que estabelecem as normas gerais de licitações e contratos administrativos. Este procedimento encontra respaldo no inciso VIII do § 1º do art. 18 da referida lei, o qual prevê a possibilidade de divisão do objeto licitado em lotes quando essa medida representar a melhor forma de promover a competitividade, a economicidade e a eficiência na contratação pública. A escolha por essa abordagem se fundamenta na identificação da estratégia mais vantajosa para tornar o objeto da licitação mais atrativo e viável tecnicamente, visando atender de forma mais eficiente às necessidades da Administração Pública.

**4.9.3.** O agrupamento de itens em lotes é uma prática comum em licitações para evitar a fragmentação excessiva e garantir a eficiência do processo. Neste caso, 3 (três) lotes foram criados para a futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de espaço físico – Centro de Convivência pela Secretaria de Estado da Educação de Rondônia.

**4.9.4.** O agrupamento por lote foi fundamentado no inciso VIII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021, que permite a agregação de itens que guardem homogeneidade. A fragmentação poderia prejudicar a obtenção do conjunto completo e comprometer a economia de escala.

**4.9.5.** Ainda, em apreciação ao princípio do parcelamento, que deverá ser adotado quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso nas contratações da Administração Pública, conforme artigo 40, inciso V, alínea b, da Lei nº 14.133/2021. Vejamos:

*Art. 40. O planejamento de compras deverá considerar a expectativa de consumo anual e observar o seguinte:*

*(...)*

*V - atendimento aos princípios:*

*a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho;*

***b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso;***

*c) da responsabilidade fiscal, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.*

***(destaque nosso)***

No caso em comento, não há necessidade de parcelamento da contratação, garantindo economia, conforme descrito no art. 40, §3º da Lei 14.133/21.

*I - a economia de escala, a redução de custos de gestão de contratos ou a maior vantagem na contratação recomendar a compra do item do mesmo fornecedor;*

*II - o objeto a ser contratado configurar sistema único e integrado e houver a possibilidade de risco ao conjunto do objeto pretendido;*

*III - o processo de padronização ou de escolha de marca levar a fornecedor exclusivo.*

**4.9.6.** O Tribunal de Contas da União recomenda o julgamento por item em licitações de objetos divisíveis, mas admite a aglutinação quando necessário para garantir a aquisição de itens complementares. No caso em questão, os itens possuem natureza e características semelhantes, podendo ser fornecidos por um mesmo fornecedor.

**4.9.7.** O agrupamento em lotes foi justificado pela necessidade de manter a integridade do conjunto de serviços e pela busca de eficiência na gestão. A fragmentação acarretaria perda do conjunto, prejuízo à economia de escala e pulverização excessiva de contratos.

**4.9.8.** Compete a administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes já por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação.

**4.9.9.** Diante dessas considerações, é possível concluir que o parcelamento da solução não é vantajoso para a **futura e eventual contratação de empresa especializada em locação de espaço físico – Centro de Convivência**, visando atender alunos e professores durante os Jogos Escolares de Rondônia - JOER/2025, a serem realizados nos municípios supramencionados neste estudo.

#### **4.10. Do Agrupamento dos Itens por Lote**

O objeto do presente Termo de Referência é a **Contratação de Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - Serviços de Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência**, onde os mesmos foram agrupados em **03 (três) LOTES**, à luz da Lei Geral de Licitações e da Súmula nº. 8/TCE-RO, de maneira que a fragmentação em itens acarretaria a perda do conjunto; perda da econômica de escala; redundaria em prejuízo à celeridade da licitação; ocasionaria a excessiva pulverização de contratos ou resultaria em contratos de pequena expressão econômica.

Segundo o Doutor Marçal Justen Filho, o fracionamento [\[1\]](#) “respeita limites de ordem técnica e econômica. Não se admite o fracionamento quando tecnicamente isso não for viável ou, mesmo, recomendável”.

##### **4.10.1 Do agrupamento por lote de itens que guardem homogeneidade entre si.**

**4.10.1.1.** Nas licitações de objetos divisíveis o Tribunal de Contas da União entende que o julgamento seja feito por item, e não por preço por lote. Contudo, há situações em que se faz necessário aglutinar os itens com o intento de casar aquisições, visto que poderá haver um vínculo entre eles, ou se comprados separadamente prejudicarão o resultado esperado pela Administração.

**4.10.1.2.** Nesse caso, apesar dos objetos serem divisíveis, eles guardam estrita identidade de natureza e características semelhantes, além de guardar correspondência com sua composição, podendo serem executados por um mesmo prestador de serviços, por se tratarem de objetos comuns ao ramo de serviços não continuados locação de espaço físico, para realização de ações didático/pedagógicas, da SEDUC, concretizando, assim, os princípios da competitividade.

##### **4.10.2. Da fragmentação em itens acarretar a perda do conjunto**

**4.10.2.1.** O parcelamento do objeto somente se justifica e fundamenta quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. No presente caso não há viabilidade técnica, uma vez que a falta de um tipo de serviço prejudicaria todo o conjunto, e, de nada adiantaria ter por tratar-se de um conjunto de soluções que precisam trabalhar de forma integrada para garantir sua eficiência e compatibilidade. Ter uma gerência integrada diminui a curva do aprendizado e possibilita sua gestão com poucos colaboradores especializados o que não aconteceria caso fosse adjudicação por item.

**4.10.2.2.** Em se tratando da contratação de **Serviços de Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência**, visando a realização de ações didático/pedagógicas da SEDUC, e considerando ainda que envolve a participação de escolas, Superintendências, alunos, professores, técnicos e outros, não podemos considerar o fator econômico como preponderante, mas mesmo assim entendemos que a adjudicação por lote, dentro da economia de escala, também possibilitará um desembolso menor dos cofres públicos do que se todos os itens fossem adquiridos de forma distinta. Podemos acrescentar também, caso a adjudicação fosse por item, quanto a dificuldade de gestão dos contratos de suporte e de sua eficiência, além da possibilidade de conflito na utilização dos recursos e sua complexidade, como por exemplo. Há necessidade que todos os itens estejam disponíveis para a adequada utilização de todos equipamentos.

##### **4.10.3. Da perda da economia de escala**

**4.10.3.1.** As contratações efetuadas pela Administração devem ser divididas em tantas parcelas quantas se comprovarem técnica e economicamente viáveis, procedendo-se à licitação com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

**4.10.3.2.** Quanto maior a quantidade a ser executada, maior poderá ser o desconto na contratação de serviços. Esse ganho está relacionado com o aumento da quantidade adquirida sem um aumento proporcional no custo e está intrinsecamente relacionado ao princípio da economicidade esculpido no art. 70 de nossa Carta Magna.

**4.10.3.3.** A economia de escala é definida como aquela que ocorre a partir de determinado patamar de quantidade de itens comercializados e pode acarretar relevante desconto na aquisição dos bens e serviços.

**4.10.3.4.** De tal modo, que no caso em tela a adoção critério de julgamento menor preço permite o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e a ampliação da competitividade, sem perda da economia de escala, como por exemplo, a empresa que ganhar o lote executará todos os itens, acarretando, consequentemente, uma diminuição nos custos e economia de escala.

#### **4.10.4. Do prejuízo à celeridade da licitação**

**4.10.4.1.** Um dos fatores que pode ser levado em conta na elaboração de um edital por lote é o interesse na celeridade do processo.

**4.10.4.2.** Neste caso, trata-se de 03 (três) Lotes, com quantidades distintas de itens. Assim, a contratação de **Serviços de Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência**, conjuntamente, por uma única empresa por lote, fica mais célere o julgamento das propostas. Caso contrário, seriam estabelecidos vários prazos entre várias empresas para conclusão do objeto contratado, e com isso, poderia haver um grande embaraço.

#### **4.10.5. Da pulverização de contratos**

**4.10.5.1.** A licitação por itens corresponde, na verdade, a uma multiplicidade de licitações, cada qual com existência própria e dotada de autonomia jurídica, mas todas desenvolvidas conjugadamente em um único procedimento, documentado nos mesmos autos. Esta exagerada divisão de objeto pode ocasionar uma excessiva pulverização dos contratos, tornando mais dispendiosa a contratação.

**4.10.5.2.** No caso em questão, a adoção do critério de julgamento menor preço por lote para a Contratação de **Serviços de Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência**, resultaria na contratação de 1 (uma) única empresa fornecedora/licitantes por lote, não ocorrendo a pulverização de contratos. Ainda há, com base no interesse público, maior segurança ao cumprimento do contrato.

**4.10.5.3.** Por fim, há que se observar o caso concreto, avaliando a conveniência e oportunidade, de modo a satisfazer da melhor forma o interesse público, pois cada contratação tem suas especificidades, in casu a aquisição por lote é mais vantajosa para a Administração, em decorrência dos riscos inerentes à própria execução, pois, não restam dúvidas, o objeto pretendido, quando executado por vários contratados, poderá não ser integralmente entregue, tendo em vista problemas na relações jurídicas mantidas com diversos contratados.

### **4.11. ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL - NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL**

**4.11.1.** A prestação de serviço objeto deste estudo é essencial para atender à demanda da Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), assegurando a continuidade e qualidade das atividades voltadas ao desenvolvimento educacional. O serviço encontra-se previsto conforme a Programação apresentada no quadro abaixo e em outros instrumentos de planejamento da SEDUC, pautando-se nos objetivos e diretrizes governamentais que visam atender, de forma permanente e contínua, as necessidades públicas, com foco na integridade humana e no suporte às atividades educacionais.

**4.11.2.** Considerando o [Manual de Aquisições e Contratações](#) são de responsabilidade da Coordenadoria de Compras e Contratações (CCOM) deverá encaminhar o PCA para aprovação da Coordenadoria de Planejamento e Orçamento (CPO), para ser utilizado para o preenchimento do projeto de lei orçamentária anual da Unidade elaboração, posterior sendo realizado o acompanhamento e revisão do Plano de Contratações Anual (PCA). Esta coordenadoria desempenha um papel crucial na gestão dos recursos públicos, assegurando que as contratações sejam realizadas de forma eficiente, transparente e em conformidade com as normativas vigentes. A equipe é encarregada de monitorar constantemente as demandas e as prioridades estabelecidas, promovendo ajustes necessários para atender às necessidades educacionais, garantindo que o PCA reflita adequadamente as diretrizes e objetivos estratégicos da SEDUC. Dessa forma, a coordenadoria contribui significativamente para a eficiência da gestão pública e a qualidade dos serviços educacionais oferecidos.

**4.11.3.** Embora o Plano de Contratação Anual (PCA), o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) estejam em fase de elaboração para posterior publicação, tal fase não compromete a execução do serviço. A execução está assegurada e ajustada conforme a demanda e programação do evento, com alterações a serem realizadas após a publicação oficial dos referidos planos e leis orçamentárias. Essa abordagem tem o intuito de manter a prestação ininterrupta do serviço público e o cumprimento das metas e objetivos institucionais previstos no planejamento estratégico da SEDUC.

**4.11.4.** Portanto, a continuidade do serviço ora proposto é fundamental para evitar qualquer prejuízo à missão institucional, aos indicadores específicos e ao compromisso da SEDUC com a integridade e permanência dos serviços educacionais essenciais.

**4.11.5.** Na presente contratação não há impacto em processo de trabalho alçado como estratégico no Planejamento estratégico vigente.

**4.11.6.** Registra-se, ainda, que a futura Aquisição será executada com orçamento liberado nos termos da Informação 872 (0054217359) conforme quadro Dotação Orçamentária detalhado a baixo:

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:	NATUREZA DA DESPESA:	FONTE:
<b>12.361.2156.4037</b> - Combater o Abandono Escolar no Ensino Fundamental	<b>3.3.90.39-</b> Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	<b>1500000001</b> - Recursos Não Vinculados de Impostos
<b>12.362.2157.4042</b> - Combater o Abandono Escolar no Ensino Médio	<b>3.3.90.39-</b> Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	<b>1500000001</b> - Recursos Não Vinculados de Impostos
<b>12.367.2158.4047</b> - Combater o Abandono Escolar na Educação Especial	<b>3.3.90.39-</b> Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	<b>1500000001</b> - Recursos Não Vinculados de Impostos

#### **4.12. Levantamento de Mercado**

**4.12.1.** O levantamento de mercado para execução dos serviços, conforme dispõe o item 7. constante do Estudo Técnico Preliminar 297 (0056014607).

### **5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

**5.1.** A solução proposta é contratação de espaço para eventos esportivos dentro dos requisitos de contratação já especificado no Estudo Técnico Preliminar 297 (0056014607).

### **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **6.1. Requisitos Técnicos**

**6.1.1.** Os requisitos encontram-se detalhados no item 6. Do Estudo Técnico Preliminar 297(0056014607).

#### **6.2. Sustentabilidade**

**6.2.1.** Os critérios e práticas de sustentabilidade encontram-se dispostos em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar 297 (0056014607), apêndice deste Termo de Referência.

#### **6.3. Locais e Horário de Execução dos Serviços**

**6.3.1.** A prestação dos serviços ocorrerá nos dias e horários estipulados pela Secretaria de Estado de Educação, com o objetivo de atender as especificações do Cronograma Calendário Escolar 2025 (0053661470), quadro acima, e garantir o bem estar dos atletas e equipe técnica.

- 6.3.2.** Os locais serão de responsabilidade da empresa vencedora do certame obedecendo as especificação do Termo de Referência. Os horários serão estabelecidos pela Gerência de Esporte Escolar (GEE) com fiscalização diária da coordenação do evento, sendo que, deverá o mesmo estar disponível por um período de 24hs, com a disponibilização de toda a estrutura, materiais e utensílios que se fizerem necessários à execução do objeto, bem como, pessoal devidamente qualificado, visando atender as necessidades da contratante com maior rapidez e profissionalismo adequado a natureza do serviço.
- 6.3.3.** Os Horários de execução deverão respeitar o período de realização do evento, conforme programação apresentada pela CONTRATANTE.
- 6.3.4.** A utilização do espaço, equipamento, serviços e demais, objeto desta licitação, serão realizados de forma ininterrupta dentro do período de realização do evento, de acordo com as necessidades da SEDUC.
- 6.3.5.** Os serviços constantes do objeto deste Termo de Referência, deverão ser iniciados nos prazos propostos, contados do recebimento da Ordem de Serviço.
- 6.3.6.** As Comissões de Certificação e Acompanhamento dos Serviços serão nomeados (as) e Portariados (as) pelas Superintendências Regionais de Educação (SUPER) e respectivamente pela Gerência de Esporte Escolar (GEE), por ocasião da realização dos eventos.

**6.4. Do Cronograma (Mês, Ação, Data, Local , Evento)**

**6.4.1.** Os Prazos de Execução deverão ser cumpridos considerando o Cronograma Calendário Escolar 2025 (0053661470) - Jogos Escolares de Rondônia 2025, a saber:

FASE	PERÍODO	MUNICÍPIO
FASE INFANTIL	02 A 12/08/2025	CACOAL
FASE JUVENIL	19 A 30/08/2025	JI-PARANÁ
FASE PARAOLÍMPICA	11 a 16/10/2025	PORTO VELHO

- 6.4.2.** O prazo informado está definido em caráter previsional, podendo haver a alterações caso a SEDUC identifique tal necessidade.
- 6.4.3.** Os horários de execução deverão respeitar o período de realização do evento, conforme programação apresentada pela contratante.
- 6.4.4.** A utilização do espaço, equipamento, serviços e demais, objeto desta licitação, serão realizados de forma continua dentro do período de realização do evento, de acordo com a necessidade da SEDUC.
- 6.5. Prazo de início dos serviços:**
- 6.5.1.** A prestação de serviços somente terá início após assinatura do contrato e Ordem de Serviços, em no máximo até 5 (cinco) dias.
- 6.5. 2. Não se admitirá prorrogação**
- 6.5.3.** Ocorrendo recusa ou atraso na execução total ou parcial dos serviços, o responsável pela fiscalização do contrato se obriga por força do Art. 4º da Lei Estadual nº. 2.414/11, a produzir parecer técnico e o encaminhará ao ordenador de despesas para instauração de procedimento administrativo, instrução dos autos para fins de penalização da contratada e inserção no “Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual”.

**6.6. Subcontratação**

- 6.6.1.** Não poderá subcontratar o objeto do presente Termo de Referência, sem o consentimento prévio da SEDUC e desde de que demonstrada a inviabilidade técnico-econômica da execução integral do objeto por parte da contratada, a qual, caso haja, após análise do pedido, precedida de verificação prévia in loco das instalações a serem utilizadas, para prestação de cadeiras, toalhas, mão de obra relativo a segurança, manutenção e limpeza e demais condições deste Termo de Referência, podendo ser permitido até limite máximo de até **49 % (quarenta e nove por cento)**, constante do contrato.
- 6.6.1.** A previsão para subcontratação, decorre de vários fatores inerentes ao objeto de contratação, para atender a magnitude do evento, constando nos autos a justificativa (0055201623).
- 6.6.2.** É vedada a subcontratação de empresa declarada inidônea ou suspensa de licitar com órgão da Administração Pública.
- 6.6.3.** Em qualquer hipótese permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão das atividades desempenhadas pela subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais

**6.7. Do Consórcio:**

- 6.7.1.** Tendo em vista que, é prerrogativa do Poder Público, na condição de contratante, a escolha da participação, ou não, de empresas constituídas sob a forma de consórcio, com as devidas justificativas, conforme se depreende da literalidade do texto da Lei Nº 14.133/21, bem como do Inciso V, Art. 42 do Decreto Estadual nº 28.874-2024 e ainda o entendimento do Acórdão TCU nº 1316/2010, que atribui à Administração a prerrogativa de admissão de consórcios em licitações por ela promovidas:
- 6.7.1.** Fica vedada a participação de empresas em consórcio, tendo em vista que o objeto a ser licitado não envolve questões de alta complexidade técnica, operacional ou econômica que impeça, isoladamente, a prestação do serviço comuns relacionados a Locação de Espaço Físico, ao ponto de haver necessidade de parcelamento do objeto, através da união de esforços.
- 6.7.1.1.** A justificativa acerca da não participação de empresas enquadradas nas modalidades de Consórcio e Cooperativa no presente procedimento licitatório.
- Acerca dos Consórcios esta SEDUC, informa que a conveniência de admitir a participação dos mesmos em procedimento licitatório é decisão meramente discricionária da Administração, art. 15, da Lei nº 14.133/2021.

Sobre o tema, Marçal Justen Filho (Comentários à lei de licitações e contratos administrativos, 12. ed., São Paulo: Dialética, p. 410) assevera:

O ato convocatório admitirá ou não a participação de empresas em consórcio. Trata-se de escolha discricionária da Administração Pública, o que evidentemente não significa autorização para decisões arbitrárias ou imotivadas.

E assim conclui:

Admitir ou negar a participação de consórcios é o resultado de um processo de avaliação do mercado em face do objeto a ser licitado e da ponderação dos riscos inerentes à atuação de uma pluralidade de sujeitos associados para a execução do objeto.

Dessa forma, não seria vantajoso para a Administração Pública contratar empresas em regime de consórcio, tendo em vista que estas empresas passariam a ter responsabilidade solidária no que concerne às obrigações trabalhistas e previdenciárias, o que traria riscos para a contratação, podendo gerar graves repercussões para o cumprimento do contrato celebrado com o Estado, caso tal empresa, de repente, tivesse os seus valores financeiros bloqueados pela Justiça, para fins de pagamento de dívidas.

A vedação quanto à participação de consórcio de empresas no presente procedimento licitatório não limitará a competitividade.



## **6.8. Da Participação de Sociedades Cooperativas**

**6.8.1.** Para a presente contratação **não será admitido** a contratação de Sociedade Cooperativa, em função:

**6.8.1.1.** Da natureza do serviço demandar subordinação entre a cooperativa e os cooperados e os cooperados e a administração;

**6.8.1.2.** A execução do objeto não é gerida por gestão compartilhada, conforme estabelece o art. 10 da IN SEGES nº 5/2017;

**6.8.1.3.** Da impossibilidade da execução ser exclusiva de cooperados, vedando qualquer intermediação, ; e,

**6.8.1.4.** Para execução do contrato existe previsão de subcontratação.

## **6.9. Prazo de Assinatura do Contrato**

**6.9.1.** O contrato deverá ser assinado, em até **03 (três) dias** úteis a contar da convocação.

**6.9.1.1.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração, na forma do art. 90, § 1º da Lei 14.133/2021.

## **6.10. Garantia da contratação**

**6.10.1.** Será exigida a garantia da contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, com validade durante a execução do contrato e 90 (noventa) dias após término da vigência contratual.

**6.10.2.** A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10 dias após assinatura do contrato.

**6.10.3.** No caso das modalidades de seguro-garantia ou título de capitalização, sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**6.10.4.** A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

**6.10.5.** O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, na forma da Lei nº 14.133/2021.

**6.10.6.** A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

**6.10.6.1.** prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

**6.10.6.2.** prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

**6.10.6.3.** multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

**6.10.7.** A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

**6.10.8.** A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

**6.10.9.** Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.

**6.10.** No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

**6.11.** A espécie Título de Capitalização, será aceita na modalidade Instrumento de Garantia, como regra geral e deverá ser prestada por ocasião da assinatura do Termo de Contrato, como adimplemento da obrigação contratual a prestação do serviço, na forma prevista no § 7º, art. 92, da Lei nº 14.133/2021.

**6.12.** O Título de Capitalização, poderá ser aceito inclusive nas hipóteses previstas na alínea “d”, II do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021.

**6.13.** O Título de Capitalização, será custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total e deverão conter o critério de atualização de valores inerentes ao contrato, observadas as normas em vigor.

**6.14.** Para prestação de Garantia por meio de Título de Capitalização, o licitante vencedor deverá em documento específica a cessão total dos direitos do título à contratante, mediante comunicação escrita a sociedade de capitalização ficando vedada a cobrança de qualquer espécie.

## **6.15. Do Reajustamento Contratual**

**6.15.1.** Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano e quando assim houver, será com sustentáculo no índice IPCA, **contado a partir da data base vinculada a data do orçamento estimado**, conforme § 7º, art. 25, da Lei n. 14.133/2021.

**6.15.2.** O Reajuste Contratual, está consignada nesta contratação, da forma disposta na Cláusula Décima Quinta, do Termo de Contrato, anexo deste Termo de Referência.

## **6.16. Garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)**

**6.16.1.** O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## **6.17. Vistoria Facultativa (Art. 63, §2º, da Lei 14.133/2021)**

**6.17.1.** A SEDUC, fará vistoria prévia do local de execução dos serviços, conforme subitem 7.1.7.2.

## **6.18. Das vedações Expressas**

**6.18.1.** É expressamente proibida, durante a execução dos serviços, a contratação de servidor ou dirigente de qualquer órgão do Governo do Estado.

**6.18.2.** É expressamente proibida, também, a veiculação de publicidade acerca dos serviços a que se refere este Contrato, salvo se houver prévia autorização da Contratante.

**6.18.3.** Vedado considerar os trabalhadores da contratada como colaboradores eventuais do próprio órgão ou entidade responsável pela contratação, especialmente para efeito de concessão de diárias e passagens.

**6.18.4.** Diante da particularidade do objeto, não se justifica a participação de empresas consorciadas.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**7.1.** A prestadora dos serviços deverá oferecer no mínimo:

**7.1.1.** Os serviços de locação de espaço a serem contratados são de **natureza “não continuada”**, sendo necessário disponibilização de mão de obra habilitadas para fins específicos, bem como o fornecimento de equipamentos e materiais específicos para cada modalidade de serviços avençados neste Termo de Referência.

### **7.1.2. Serviços de Manutenção**

a) Equipe(s) permanente para solução de problemas com a rede hidráulica, esgoto e elétrica da área locada;

b) Equipe(s) para limpeza e higiene diária (manhã - 10h às 12h, tarde - 12h às 15h e noite - 17h às 21h) de toda área do estabelecimento, ou seja, os 900 m<sup>2</sup> (Centro de Convivência e Restaurante Central).

7.1.3. Serviços de Internet wi-fi ou de cabo durante o período de locação; e,

7.1.4. **Serviço de Segurança** não armada (certificada), durante todo o período do evento (manhã – 08h às 12h, tarde - 12h às 18h e noite – 18h às 23hs), sendo no mínimo 02 (duas) pessoas in loco por período.

7.1.5. A prestadora dos serviços deverá oferecer no mínimo:

a) Ampla acessibilidade a portadores de necessidades especiais, incluindo rampas de acesso, portas adaptadas, barras e corrimões sanitário ou adaptações semelhantes, que tragam bons resultados e não incomodem ou tragam constrangimento ao portador de PcD;

b) Acolher dignamente aos participantes, orientando-os sobre os serviços oferecidos; efetivar cadastro individualizado dos partícipes, mantendo controle atualizado dos dados;

c) Cadeiras de rodas; e,

d) Todos os locais que ofereçam algum risco aos hóspedes deverão estar devidamente sinalizados, inclusive escadas, se for o caso, devendo conter piso ou faixas antiderrapante.

### **7.1.6. Dos Materiais a serem disponibilizados**

7.1.6.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades esmagadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

I - Mesas, Cadeiras e Toalhas:

· Item 1 – 50 (cinquenta), conjuntos de mesas com tampões redondos e 6 (seis) cadeiras, com toalhas em tecido.

· Item 2 – 50 (cinquenta), conjuntos de mesas com tampões redondos e 6 (seis) cadeiras, com toalhas em tecido.

· Item 3 – 50 (cinquenta), conjuntos de mesas com tampões redondos e 6 (seis) cadeiras, com toalhas em tecido

II - 02 Bebedouros industriais com fornecimento de água potável, gelada para atendimento de toda demanda do JOER;

III - Copos Descartáveis disponíveis durante todo o período de utilização do ambiente, em quantidades não restritas, para atender aos participantes do evento.

IV - Materiais de limpeza e higiene (papel toalha, sabonete líquido e papel higiênico, sabão em pó, sacos de recolhimento de lixo, baldes, panos de chão, vassouras, rodos, flanelas, álcool, detergentes, lixeiras, desodorizadores, entre outros necessários).

V - Equipamentos de climatização e refrigeração de ambiente (centrais de ar condicionado).

### **7.1.7. Demais Requisitos**

7.1.7.1. Os espaços e ambientes contratados devem ser disponibilizados à contratante em até 12 horas após a vistoria, para que servidores, seus parceiros e fornecedores possam montar o evento.

7.1.7.2. A vistoria será feita até 24 horas antes do início da montagem do evento.

7.1.7.3. A vistoria será realizada para identificar possíveis danos nos espaços e infraestrutura alugados para o evento.

7.1.7.4. A vistoria será feita tanto antes do início do evento, quando a contratante recebe o espaço, quanto na devolução ao final do evento. Representantes de ambas as partes devem estar presentes durante a vistoria.

7.1.7.5. Caso haja algum dano na vistoria de devolução que não tenha sido identificado na vistoria de recebimento, a contratante é responsável por reparar o espaço antes de devolvê-lo à contratada.

7.1.7.6. As despesas com reparos nas estruturas contratadas serão de responsabilidade da empresa Contratada.

7.1.7.7. A contratada avaliará o valor com base em serviços similares e apresentará uma nota fiscal dos reparos à contratante para pagamento.

7.1.7.8. A manutenção hidráulica das instalações fixas do estabelecimento (cozinha, banheiros, jardins, etc.) é de responsabilidade da contratada e não gera custos adicionais para a contratante.

7.1.7.9. A manutenção hidráulica dos espaços construídos/instalados pela contratada é de responsabilidade dela, que deve contratar os profissionais necessários.

7.1.7.10. A manutenção da rede de climatização fixa (ar condicionado central) do estabelecimento é de responsabilidade da contratada e não gera custos adicionais para a contratante.

7.1.7.11. A manutenção dos equipamentos e soluções de climatização dos espaços construídos/instalados pela contratante é de responsabilidade dela, que deve contratar os profissionais necessários.

7.1.7.12. A manutenção da rede de internet wi-fi e cabeada nas instalações do evento, fornecida pela contratada, é de responsabilidade dela e não gera custos adicionais para a contratante.

7.1.7.13. A manutenção da rede elétrica das instalações construídas pela contratada é de responsabilidade dela, que deve contratar os profissionais necessários.

7.1.7.14. A contratada deve incluir todos os valores correspondentes aos itens acima mencionados na apresentação de sua proposta comercial, detalhando tanto os valores individuais quanto o valor total.

7.1.7.15. Os serviços devem atender aos critérios de acessibilidade estabelecidos nas normas vigentes, incluindo o atendimento a todas as pessoas com deficiência que participem do evento.

7.1.7.16. Limpeza - O serviço de limpeza e higienização dos espaços serão contratados com base na área locada e deverá levar em consideração equipe e insumos em quantidade necessária ao atendimento a quantidade de participantes.

7.1.7.17. Fica a cargo da empresa contratada arcar com o recolhimento dos impostos e encargos trabalhistas dos profissionais técnicos.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução poderá ser prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**8.4.** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**8.5.** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

**8.6.** A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

**8.7.** A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

#### **Fiscalização**

**8.8.** A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo (s) fiscal (is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

#### **Fiscalização Técnica**

**8.9.** O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

**8.10.** Emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção; (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 23, III);

**8.11.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 23, IV).

**8.12.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas apazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato;

**8.13.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual;

**8.14.** O fiscal técnico do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas; (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 23, V).

**8.15.** O fiscal técnico do contrato comunicará imediatamente ao gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas; (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 23, V).

**8.16.** Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

**8.17.** O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

**8.18.** O preposto deverá assinar o documento, tomando ciência da avaliação realizada.

**8.19.** A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

**8.20.** Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

**8.21.** É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

**8.22.** O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

**8.23.** A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

**8.24.** A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

**8.25.** A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

**8.26.** As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

**8.27.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Fiscalização Setorial**

**8.28.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, caberá ao fiscal setorial do contrato e nos seus impedimentos legais, ao seu substituto, exercer as atribuições de que tratam a fiscalização Técnica e Administrativa, retro descritas.

#### **Gestor do Contrato**

**8.29.** O gestor do contrato controlará o prazo de vigência do contrato e de execução do objeto, assim como de suas etapas e demais prazos contratuais, recomendando, com antecedência razoável, à autoridade competente, quando for o caso, a deflagração de novo procedimento licitatório ou a prorrogação do prazo, instruindo o processo com a documentação necessária (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 20, III);

**8.30.** O gestor do contrato deverá realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 20, XVI);

**8.31.** O gestor do contrato deverá receber os pedidos de reajuste, repactuação e revisão de contratos, devendo emitir parecer quanto ao cabimento (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 20, XVII).

**8.32.** O gestor do contrato registrar as informações necessárias nos sistemas informatizados utilizados pelo Poder Executivo do Estado de Rondônia, inclusive inserindo os dados referentes aos contratos administrativos no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e mantê-los atualizados (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 20, XII).

**8.33.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor competente para tal, conforme o caso; (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 20, XV).

**8.34.** O gestor do contrato emitirá relatórios circunstanciados e conclusivos quanto à adequação dos serviços prestados de forma a demonstrar a vantajosidade técnica da manutenção da avença, documento condicionante à prorrogação do contrato.

**8.35.** O gestor do contrato deverá elaborar o relatório final de que trata a alínea "d" do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato (Decreto Estadual nº 28.874/2024, art. 20, XIV).

**8.36.** O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 9. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

**9.1.** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**9.1.1.** não produzir os resultados acordados,

**9.1.2.** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou,

**9.1.3.** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### Do recebimento

**9.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de até 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 23, X e Art. 24, VII do Decreto Estadual nº 28.874, de 2024).

**9.3.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**9.4.** O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 23, X, Decreto Estadual nº 28.874, de 2024).

**9.5.** O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 24, VII, Decreto Estadual nº 28.874, de 2024).

**9.6.** O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

**9.7.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

**9.7.1.** O fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

**9.7.2.** O fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, fiscais, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

**9.8.** Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

**9.9.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, no prazo máximo de 60 (sessenta), minutos, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**9.10.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14.133, de 2021)

**9.11.** O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os serviços.

**9.12.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**9.13.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**9.14.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de até 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**9.14.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

**9.14.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**9.14.3.** Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

**9.14.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

**9.15.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**9.16.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**9.17.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**9.18.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### Liquidação

**9.19.** Atestado o cumprimento do objeto do contrato pela fiscalização e a correta instrução do processo, após autorização do ordenador, os autos deverão ser remetidos ao setor responsável pela liquidação da despesa e efetivação do pagamento, nos termos do §2º, VII, art. 188, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

**9.20.** Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**9.20.1.** o prazo de validade;

**9.20.2.** a data da emissão;

**9.20.3.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**9.20.4.** o período respectivo de execução do contrato;

**9.20.5.** o valor a pagar; e,

**9.20.6.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**9.21.** Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

**9.22.** A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

**9.23.** A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

**9.24.** Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**9.25.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**9.26.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**9.27.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

**9.28.** O pagamento decorrente de contratações públicas será feito após a habilitação para pagamento, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, conforme dispõe o art. 190, do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

**9.29.** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

**9.29.1.** Ocorrendo atraso no pagamento em que o Fornecedor não tenha de alguma forma concorrido para a mora, os valores devidos ao Fornecedor serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária. Os encargos moratórios pelo atraso no pagamento serão calculados pela seguinte fórmula:

$$EM = N \times Vp \times (I / 365)$$

Onde: EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Números de dias em atraso, contados da data limite fixada para pagamento e a data do efetivo pagamento;

Vp = Valor da parcela em atraso;

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE)/100.

#### **Forma de pagamento**

**9.30.** O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**9.31.** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**9.32.** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**9.32.1.** Independentemente do percentual de tributo inserido na proposta, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**9.33.** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial (certificado digital), de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Cessão de crédito**

**9.34.** As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

**9.35.** A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

**9.36.** Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

**9.37.** O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

**9.38.** A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

### **10. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO**

#### **10.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**10.1.1.** O prestador de serviços será selecionado por meio da realização de procedimento Licitatório, na forma Eletrônica, com critério de julgamento por menor preço, nos termos dos artigos 28, I, e 78, IV, da Lei Federal nº 14.133/2021.

## **10.2. Regime de Execução**

**10.2.1.** Os serviços serão executados sob o regime de empreitada por **preço unitário**, conforme estabelecido no artigo 6º, XXVIII, da Lei 14.133/21. Neste sentido, o contratado será remunerado com base na quantidade de unidades dos serviços efetivamente prestados, a um preço unitário previamente acordado.

## **10.3. Exigências de habilitação**

**10.3.1.** Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaldatransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

d) Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual - CAGEFIMP emitido pela Controladoria Geral do Estado.

e) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 62, inciso IV, da Lei n. 14.133/2021

**10.3.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

**10.3.3.** Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

**10.3.4.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

**10.3.5.** O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.

**10.3.6.** Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

**10.3.7.** É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

**10.3.8.** Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

**10.3.9.** Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

**10.3.10.** Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

**10.3.11.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos: que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

**10.3.12.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

## **10.4. Habilitação jurídica**

**10.4.1.** No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**10.4.2.** Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <http://www.portaldomicroempreendedor.gov.br/>;

**10.4.3.** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**10.4.4.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**10.4.5.** No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

**10.4.6.** No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP- P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pelo Ministério do Desenvolvimento Social, conforme Decreto nº 11.802, de 28/11/2023.

**10.4.7.** No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 2022.

**10.4.8.** No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e se for o caso, ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

**10.4.9.** Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva.

## **10.5. Habilitação fiscal, social e trabalhista**

**10.5.1.** Comprovação de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);

**10.5.2.** Comprovação de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.5.3.** Prova de regularidade perante a Fazenda federal;

**10.5.4.** Prova de regularidade Estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

**10.5.5.** Certidão de Regularidade do FGTS, relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;

**10.5.6.** Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de Certidão de Regularidade de Débito – CNDT, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento.

**10.5.7.** Declaração de cumprimento do inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

## **10.6. Qualificação Econômico-Financeira**

**10.6.1.** Certidão Negativa de feitos sobre falência – Lei nº. 11.101/05, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, expedida nos últimos **90 (noventa)** dias caso não conste o prazo de validade - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

**10.6.2.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, ou o Balanço de Abertura, caso a licitante tenha sido constituída em menos de um ano, devidamente autenticado ou registrado no órgão competente, para que o(a) pregoeiro(a) possa aferir se esta possui Patrimônio Líquido (licitantes constituídos há mais de um ano) ou Capital Social (licitantes constituídos há menos de um ano), de 10% (dez por cento) do valor estimado do item/ lote que o licitante estiver participando.

**a).** No caso do licitante classificado em mais de um item/lote, o aferimento do cumprimento da disposição acima levará em consideração a soma de todos os valores referenciais;

**b).** Caso seja constatada a insuficiência de patrimônio líquido ou capital social para a integralidade dos itens/lotos em que o licitante estiver classificado, o Pregoeiro o convocará para que decida sobre a desistência do(s) item(ns)/lote(s) até o devido enquadramento a regra acima disposta;

**c)** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

**d)** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º).

**10.6.2.1.** As regras descritas nos incisos “a” e “b”, deverão ser observadas em caso de ulterior classificação de licitante que já se consagrou classificado em outro item(ns)/lote(s).

**10.6.3.** Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido nos arts. 1.065 e 1.078 do Código Civil.

**10.6.4.** Na hipótese de apresentação de Certidão Positiva de recuperação judicial, o (a) Pregoeiro verificará se a licitante teve seu plano de recuperação judicial homologado pelo juízo, conforme determina o art.58 da Lei 11.101/2005.

**10.6.5.** Eventuais contratos com a Administração Pública e /ou iniciativa privada, vigentes na data da apresentação da proposta, não constituem fato impeditivo para a execução do contrato, objeto deste Termo de Referência.

**10.6.6.** A exigência de qualificação econômico-financeira encartada acima é usual de mercado e estão em harmonia com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

## **10.7. Qualificação Técnica**

**10.7.1.** Declaração de que o interessado tomou conhecimento de todas as informações para o cumprimento das obrigações objeto da contratação;

**10.7.1.1.** A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do interessado acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

### **10.7.2. Qualificação Técnico-Operacional**

**10.7.2.1.** Comprovação da capacidade operacional do fornecedor na execução de serviços similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidão (ões) ou atestado (s) fornecido (s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

**10.7.2.2.** Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

**1)** Comprovação de aptidão por meio de atestado (s) de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, pelo qual tenha sido contratado para execução de serviços compatíveis com o objeto do presente, sendo que este atestado deverá discriminar o teor da contratação e os dados da empresa contratada e ser de execução já concluída.

**2)** Não será necessário a comprovação que já executou objeto compatível, em prazo, considerando a natureza do serviço

**10.7.2.3.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

**10.7.2.4.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa interessada.

**10.7.2.5.** O interessado disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

**10.7.2.6.** Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

**10.7.2.7.** Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

**10.7.2.8.** A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

**10.7.2.9.** Para a presente contratação, serão exigidos a cópia dos seguintes documento:

**10.7.2.9.1.** Declaração de que no ato da celebração do contrato apresentará cópia da Certidão do Corpo de Bombeiros, em vigor, do local que sediará o evento;

**10.7.2.9.2.** A edificação deverá estar de acordo com as normas de prevenção e combate a incêndio e pânico, para áreas construídas e/ou áreas de risco acima de 750 m2, conforme Código de Proteção do Corpo de Bombeiros;

**10.7.2.9.3.** Declaração de que apresentará no ato da lavratura contratual, cópia do Alvará ou Licença de Funcionamento em vigor na data de prestação do serviço do local do evento; e

**10.7.2.9.4.** Declaração formal de disponibilidade das instalações, máquinas, equipamentos e pessoal técnico para a execução dos serviços, se for declarada vencedora, de acordo com o detalhamento descrito no anexo 0055201839

### **10.7.2.10. Da Justificativa da Exigências**

**a) Quanto as exigências quanta à qualificação técnica** - Solicitadas em função da necessidade da comprovação da capacidade para realização do objeto, de modo contrário uma empresa sem a aptidão necessária para a oferta dos serviços vier a firmar o contrato administrativo com esta Administração, o risco a integridade física, a saúde, danos ao erário público será enorme, dado o fato de que tal contratação poderá resultar em vícios e defeitos insanáveis naqueles serviços e, consequentemente, em prejuízo para a Administração. O prejuízo poderá ser maior ainda se a inaptidão da empresa contratante acarretar a posterior rescisão do contrato administrativo pela Administração, com a instauração de nova licitação para o mesmo objeto licitado anteriormente.

Por fim as exigências visam principalmente, a seleção da proposta que melhor atenda aos interesses da Administração, sendo que a falta de expertise de uma determinada licitante que se sagre a vencedora da licitação pode levar à inexecução da sua proposta. Afinal, não estamos lidando aqui apenas com as exigências para a habilitação, mas com a própria aferição da capacidade técnica das licitantes e, por conseguinte, da exequibilidade de suas propostas.

**b) Quanto a exigência relativa à qualificação econômico-financeira**, recai sobre a possibilidade da Administração Pública poder aferir as condições econômicas das proponentes, na tentativa de resguardar o cumprimento do contrato, em outras palavras, buscam prevenir a participação de empresas aventureiras, que sem



responsabilidade ou respaldo financeiro, possam participar e vencer o certame e, durante a execução da obrigação contratada, não possuam capacidade para concluir o objeto da obrigação.

## **11. FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVAS**

**11.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro, dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e dos licitantes que mantiverem sua proposta original

## **12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**12.1.** O custo estimado total da contratação é de **R\$ 683.252,52** (seiscentos e oitenta e três mil, duzentos e cinquenta e dois reais e cinquenta e dois centavos), conforme Quadro Estimativo de Preços (0056706355).

## **13. DO JULGAMENTO DA PROPOSTA**

**13.1.** Para julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO POR LOTES**, observado as especificações técnicas, os parâmetros mínimos de desempenho e de qualidade e as demais condições definidas neste Termo de Referência, estabelecido no ato convocatório designada para a prática do ato.

**13.2.** A proposta deverá conter, além dos dados da empresa e assinatura do seu representante legal:

- a) Valor unitário e total do item;
- b) Valor global da proposta.

**13.2.1.** Para a prestação dos serviços objeto de contratação, **não foi solicitado** planilha de composição de custos e formação de preços, em virtude de:

- a) Não haver mão de obra com dedicação exclusiva, cuja execução não depende da aquisição de insumos específicos para o evento em questão.
- b) Os materiais de propriedade das prestadoras de serviços, e suas aplicabilidade não são exclusivas nos Jogos Escolares de Rondônia; e,
- c) Os materiais e equipamentos são utilizados em diferentes eventos.

**13.3.** Nos preços propostos deverão estar inclusos todas e quaisquer despesas diretas ou indiretas que venham a incidir sobre os mesmos, bem como o custo de materiais, instalação, mão de obra, equipamentos, encargos tributários, trabalhistas e previdenciários, taxas, seguros e outros necessários e indispensáveis à completa execução dos serviços.

**13.4.** Validade da Proposta mínima de 90 (noventa) dias corridos, a partir de seu recebimento pela Administração.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

**14.1.** Efetuar o recebimento dos serviços verificando se os mesmos estão em conformidade com o Termo de Referência e as cláusulas contratuais.

**14.2.** Designar, como fiscais do contrato, servidores para executar operacionalmente as ações de acompanhamento físico, controle e fiscalização do contrato, desempenhando o papel de “Representante da Administração” aos termos do art. 177 da Lei nº 14.133/2021.

**14.3.** Realizar os atos relativos à cobrança do cumprimento pela Contratada das obrigações contratualmente assumidas e aplicar sanções, garantida a ampla defesa e o contraditório, decorrentes do descumprimento das obrigações contratuais.

**14.4.** Assegurar o acesso dos empregados da Contratada, quando devidamente identificados, aos locais onde irão executar suas atividades.

**14.5.** Prestar as informações necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos.

**14.6.** Comunicar prontamente à Contratada, qualquer anormalidade no objeto do instrumento contratual, podendo recusar o recebimento, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência.

**14.7.** Notificar previamente à Contratada, quando da aplicação de sanções administrativas.

**14.8.** Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com o estabelecido no presente Termo de Referência.

**14.9.** Fornecer cópia do respectivo Termo de Referência aos responsáveis pela fiscalização e acompanhamento da execução dos serviços para assegurar o controle da qualidade dos serviços prestados, com comprovação de recebimento.

**14.10.** No início do contrato deve ser realizada inspeção pela contratada, juntamente com a contratante, da quantidade e estado de conservação dos equipamentos que serão postos à disposição da contratada, para que ao terminar o contrato sejam devolvidos em condições de uso.

**14.11.** Exercer a fiscalização dos serviços realizados pela CONTRATADA, emitindo, mensalmente, relatórios sobre a qualidade dos serviços prestados.

**14.12.** Exercer a fiscalização de modo a assegurar a execução do serviço contratado, verificando o cumprimento dos horários estabelecidos, utilização de uniformes, de equipamentos e EPIs dentre outros elementos necessários a fiel execução do contrato.

**14.13.** Solicitar a imediata retirada do local, bem como a substituição de funcionários da CONTRATADA que estiverem sem uniforme ou crachá ou que embarçarem ou dificultarem a fiscalização do contrato.

**14.14.** Executar, mensalmente, a medição dos serviços efetivamente prestados, descontando o equivalente aos não realizados, desde que, por motivos imputáveis à CONTRATADA, sem prejuízo das demais sanções disciplinadas no contrato.

**14.15.** Recusar os materiais e serviços que não estiverem de acordo com as especificações descritas neste Termo de Referência. A ocorrência de não conformidades implicará na não aceitação dos materiais e serviços, devendo a CONTRATADA adotar as medidas necessárias para a sua correção e/ou substituir por produto igual ou similar com anuência da CONTRATANTE, sem ônus para a mesma e sem prejuízo das sanções cabíveis.

**14.16.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 20 (vinte) dias.

**14.17.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§4º, do art. 137, da Lei nº 14.133, de 2021).

**14.18.** Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso [do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

**14.19.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **15. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

**15.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, Ata de Registro de Preço, da Proposta ou documento equivalente e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

**15.1.1.** Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

**15.1.1.1.** A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade;



**15.1.1.2.** Deve manter uma comunicação constante com a contratante para evitar interrupções nos serviços;

**15.1.1.3.** Comunicar imediatamente à administração pública qualquer alteração relevante;

**15.1.1.4.** Deve concordar com os métodos de inspeção adotados pela fiscalização da contratante;

**15.1.2.** Dispor de condições de acessibilidade arquitetônica como rampa de acesso, barras e portas que permitam a passagem de cadeiras de rodas para atender pessoas portadoras de necessidades especiais;

**15.1.3.** Manter, durante o prazo de vigência do contrato, todas as condições de idoneidade exigidas na licitação, mais especificamente nas condições exigidas para os documentos de habilitação relativas à regularidade fiscal, de modo que as certidões devem estar válidas ou mesmo renovadas, durante o período de contratação;

**15.1.4.** Responsabilizar-se por todos os ônus relativos à prestação do serviço, e repará-lo em tempo hábil caso ocorra algum problema na realização;

**15.1.5.** Caso o servidor responsável pela conferência NÃO concorde com a informação apresentada pela Contratada, o mesmo está autorizado a suspender temporariamente o transporte até que se resolva a divergência;

**15.1.6.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior ([art. 137, II](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

**15.1.7.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo máximo de 01 (uma) hora, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

**15.1.8.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o [Código de Defesa do Consumidor \(Lei nº 8.078, de 1990\)](#), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

**15.1.9.** Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do [artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**15.1.10.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;

**15.1.11.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

**15.1.12.** Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

**15.1.13.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

**15.1.14.** Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

**15.1.15.** Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

**15.1.16.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

**15.1.17.** Permitir e oferecer condições para a mais ampla e completa fiscalização, durante a vigência do contrato, fornecendo informações, propiciando o acesso à documentação pertinente e atendendo às observações e exigências apresentadas pela fiscalização;

**15.1.18.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação ([art. 116](#));

**15.1.19.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas ([art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021](#));

**15.1.20.** Após oficializar a proposta, guardar sigilo sobre todas as informações obtidas, bem como em decorrência do cumprimento do contrato;

**15.1.21.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021](#);

**15.1.22.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

**15.1.23.** A CONTRATADA deverá verificar diariamente o correio eletrônico indicado no ato da contratação, a fim de verificar eventuais comunicações efetuadas pelo gestor e fiscalização do contrato;

**15.1.24.** Garantir o acesso do contratante, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento;

**15.1.25.** Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

**15.1.26.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;

**15.1.27.** A CONTRATADA deverá verificar diariamente o correio eletrônico indicado no ato da contratação, a fim de verificar eventuais comunicações efetuadas pelo gestor e fiscalização do contrato;

**15.1.28.** Atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas baixadas pelos órgãos competentes de controle de qualidade, atentando-se principalmente para as prescrições contidas no art. 39, VIII da Lei Federal nº 8.078/90 – Código de Defesa do Consumidor;

**15.1.29.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/90);

**15.1.30.** Providenciar recursos e insumos: Deve fornecer todos os recursos necessários para a execução dos serviços, incluindo materiais, mão de obra e seguros;

**15.1.31.** Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o contratado relatar ao contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

**15.1.32.** Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

**15.1.32.1.** Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

**15.1.33.** A Contratada assumirá qualquer responsabilidade pelos encargos judiciais ou extrajudiciais decorrentes da execução dos serviços, que tiver dado causa (s) a terceiro (s);

- 15.1.34.** A Contratada é responsável pelos danos causados diretamente à administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;
- 15.1.35.** Tratar com urbanidade os usuários, servidores e os agentes de fiscalização da Contratante;
- 15.1.36.** Manter os equipamentos e demais materiais, durante toda a vigência do contrato, em perfeito estado de conservação, para não prejudicar o andamento das atividades da Contratante;
- 15.1.37.** Em nenhuma hipótese a Contratante poderá ser responsabilizada por acidentes que venham a ocorrer com os empregados da Contratada durante a execução dos serviços objeto do contrato;
- 15.1.38.** A contratada deverá aplicar boas práticas de sustentabilidade em atenção ao art. 170 da CRFB/88, art. 5º da Lei nº 14.133/2021, a Lei nº 12.187/2009 e o art. 6º da Instrução Normativa nº 1/2010 da SLTI/MPOG;
- 15.1.39.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 15.1.40.** A contratada fica obrigada a cumprir com as datas e horários informados pela contratante para a realização dos eventos;
- 15.1.41.** Para fins de atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), as informações e dados apresentados para participar do processo licitatório, são de domínio público, em razão dos princípios do interesse público e da publicidade dos atos efetuados pela contratante;
- 15.1.42.** A Proponente obriga-se ainda, em atendimento ao disposto na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), a manter sigilo de todas as informações sobre os dados pessoais e dados pessoais sensíveis, repassados em decorrência da execução da contratação, sendo vedado o repasse dessas informações, salvo aquelas decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do objeto contratado;
- 15.1.43.** Responsabilidade por acidentes: Assume total responsabilidade por acidentes envolvendo seus empregados ou terceiros durante a prestação dos serviços;
- 15.1.44.** Arcar com o pagamento das tarifas de energia elétrica e água, referentemente ao consumo registrado no período contratado;
- 15.1.45.** Entregar o espaço físico com todos os equipamentos e utensílios a serem utilizados na prestação dos serviços objeto do presente **CONTRATO** em perfeitas condições de uso **imediatamente**, após o recebimento da Ordem de Serviços expedida pela SEDUC;
- 15.1.46.** Manter equipe em todos os períodos (manhã, tarde e noite), provida com todos os materiais de limpeza e higiene (papel toalha, sabonete líquido e papel higiênico), para realizar a limpeza e manutenção de toda área locada (interna e externa), incluindo tubulação, grade filtradora de dejetos, caixas de gordura, fossa e sumidouro sempre que necessário para o bom funcionamento dos mesmos e para evitar poluição e mau cheiro;
- 15.1.47.** Disponibilizar toda rede elétrica e hidráulica ativa, ambiente iluminado e climatizado, diariamente, enquanto estiver sendo utilizado nas atividades pertinentes ao evento;
- 15.1.48.** Dispor em suas dependências de **bebedouros industriais** com resfriamento 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas com **água potável e copos descartáveis**, em quantidade suficiente para atender a todos os participantes, em recinto com acesso livre;
- 15.1.49.** Fornecer todo pessoal necessário à execução dos serviços contratados, impondo-lhes rigoroso padrão de qualidade, segurança e eficiência, substituindo aquele que segundo critérios da **SEDUC/RO**, não apresentar comportamento conveniente às atividades;
- 15.1.50.** Acolher dignamente os participantes, orientando-os sobre os serviços oferecidos; e,
- 15.1.51.** Efetivar cadastro individualizado dos participantes, mantendo controle atualizado dos dados.
- 15.1.52.** Apresentar a Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- 15.1.53.** Apresentar a Declaração de Fato Superveniente.
- 15.1.54.** Apresentar a Declaração de ME/EPP.
- 15.1.55.** Apresentar a Declaração de Ciência do Edital.
- 15.1.56.** Apresentar a Declaração de Menor.
- 15.1.57.** Apresentar a Declaração Independente de Proposta.
- 15.1.58.** Apresentar a Declaração de Acessibilidade.
- 15.1.59.** Apresentar a Declaração de Cota de Aprendizagem.
- 15.1.60.** Apresentar a Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado.

## **16. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**16.1.** Comete infração administrativa, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), o contratado que:

- der causa à inexecução parcial do contrato;
- der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- der causa à inexecução total do contrato;
- ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**16.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.2.1.** Multa: A aplicação da sanção prevista na alínea “b” observará os seguintes parâmetros:

- 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia útil sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia útil e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso do Contrato, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
- 0,5% (meio por cento) até 30% (trinta por cento) sobre o valor do Contrato ou do saldo não

atendido do Contrato, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do Contrato, conforme detalhamento constante das tabelas 1 e 2, abaixo; e

5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do Contrato por dia útil de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias úteis autorizará o CONTRATANTE a promover a rescisão do Contrato.

6) As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

7) Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo Quadro Abaixo:

INFRAÇÃO			
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	05	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	04	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
Para os itens a seguir, deixar de:			
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	02	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
6	Substituir empregado alocado que não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
7	Cumprir quaisquer dos itens do Contrato e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	03	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no Contrato;	01	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

**16.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante ([art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa ([art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.4.1.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação ([art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.4.2.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente ([art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.4.3.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**16.5.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**16.6.** Na aplicação das sanções serão considerados ([art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021](#)):

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**16.7.** Os atos previstos como infrações administrativas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos [na Lei nº 12.846, de 2013](#), serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida [Lei \(art. 159\)](#).

**16.8.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia ([art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021](#)).

**16.9.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. ([Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021](#))

**16.10.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do [art. 163 da Lei nº 14.133/21](#).

**16.11.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022](#).

## 17. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

**17.1.** Em caso de descumprimento de quaisquer das condições estabelecidas neste instrumento, a extinção do contrato, seja administrativa ou amigável, será efetuada de acordo com as disposições do art. 137 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e demais ordenamentos jurídicos, conforme estipulado nos itens 11.1 a 11.11.2. do Termo de Contrato.

## 18. DA APLICAÇÃO DA COTA RESERVADA

**18.1.** Para a presente contratação NÃO será concedido há possibilidade de reserva da cota prevista no Inciso XII Art. 42 do Decreto 28.874/2024, de 25 de janeiro de 2024, para os beneficiários da Lei Complementar Federal nº 123, de 2006, tendo em vista o seguinte:

**18.1.1.** A aplicação da Cota Reservada, não pode ser adotada, por não haver previsão legal quando trata-se de serviços. De outro plano e devido a natureza dos serviços, é incompatível ser realizado por 02 (duas) empresas e isso poderia trazer sérios danos ao interesse público.

19. DA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

- 19.1. Nesta contratação serão empregados meios alternativos para a resolução pacífica de conflitos, desde que as controvérsias não estejam relacionadas com direitos patrimoniais indisponíveis, considerando o Princípio da Indisponibilidade, na forma da Constituição Federal e do Capítulo XII da Lei Federal 14.133/21.
- 19.2. Caso não seja possível a resolução pacífica, fica eleito o foro do Município de Porto Velho/RO, em renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

20. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 20.1. Os recursos necessários à execução, correrão por conta da dotação orçamentária consignada no orçamento da Secretaria de Estado da Educação – SEDUC, conforme Informação 872 (0054217359).

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:	NATUREZA DA DESPESA:	FONTE:
12.361.2156.4037 - Combater o Abandono Escolar no Ensino Fundamental	3.3.90.39- Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1500000001 - Recursos Não Vinculados de Impostos
12.362.2157.4042- Combater o Abandono Escolar no Ensino Médio	3.3.90.39- Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1500000001 - Recursos Não Vinculados de Impostos
12.367.2158.4047 - Combater o Abandono Escolar na Educação Especial	3.3.90.39- Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	1500000001 - Recursos Não Vinculados de Impostos

21. CONSIDERAÇÕES FINAIS

- 21.1. A publicação dos atos deverá se dar no Diário Oficial do Estado e demais meios usualmente adotados.

22 – ANEXOS

- Anexo – I – Estudo Técnico Preliminar
- Anexo – II – Minuta Termo de Contrato
- Anexo – III – Adendo Calendário
- Anexo – IV – Análise de Risco
- Anexo V – Sams
- Anexo VI - Quadro Detalhado de Especificação Técnica dos Itens, Serviços e Quantidades.



Documento assinado eletronicamente por **Antonio Tabosa Neto, Gerente.**, em 28/04/2025, às 15:04, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **Adriana Marques Ramos, Coordenador(a),** em 28/04/2025, às 15:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



Documento assinado eletronicamente por **DÉBORA LÚCIA RAPOSO DA SILVA, Secretário(a) Adjunto(a),** em 06/05/2025, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059629467** e o código CRC **F6EA281C**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

## MAPA DE RISCO

**CONSIDERANDO**, a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos;

**CONSIDERANDO**, o Decreto nº 28.874, de 25 de janeiro de 2024, que regulamenta as contratações públicas no âmbito da Administração Pública direta, autárquica e fundacional do Estado de Rondônia, com fundamento na Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

**CONSIDERANDO**, o Decreto nº 23.277, de 16 de outubro de 2018 em seu artigo 2º inciso V que trata do Órgão Central de Controle na qualidade de segunda linha de defesa constituída pelas funções de supervisão, monitoramento e **assessoramento quanto a aspectos relacionados aos riscos** e controles internos da gestão do órgão ou entidade;

**CONSIDERANDO**, a Portaria nº 217 de 08 de dezembro de 2021 (0022698556), que estabelece a metodologia de gestão de risco no âmbito do Poder Executivo Estadual;

**CONSIDERANDO**, a orientação sobre análises e matriciamento de riscos à luz da Lei nº 14.133/2021 e Decreto 28/874/2024, estabelecida Coordenadoria de Controle Interno, por meio da Gerência de Gestão de Risco, nos autos do processo SEI (0029.019419/2024-01).

### 1. REFERÊNCIA

1.1. Esta análise fundamenta-se no Estudo Técnico Preliminar 297 (0056014607), elaborado pela Comissão designada conforme a Portaria nº 11826 de 22 de outubro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado de Rondônia nº 196.

1.2. O objetivo deste estudo é viabilizar futura e eventual **contratação de empresa especializada em locação de espaço físico – Centro de Convivência**, visando atender alunos e professores durante os Jogos Escolares de Rondônia - JOER/2025, com o intuito de atender às necessidades da Gerência de Esporte Escolar - GEE.

### 2. DA CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1. A Comissão responsável pelo Estudo Técnico Preliminar realizou uma investigação detalhada das questões relevantes, com o objetivo de compreender profundamente a realidade operacional e técnica relacionada ao atendimento da demanda. O intuito é elaborar um relatório abrangente que será submetido à Alta Gestão, contendo soluções concretas e estratégicas.

2.2. Adicionalmente, é importante ressaltar que o Decreto nº 23.277, de 16 de outubro de 2018, define com clareza a Primeira Linha de Defesa, que abrange os controles internos da gestão. Estes controles incluem um conjunto de regras, procedimentos, diretrizes, protocolos, rotinas de sistemas informatizados, verificações e fluxos de documentos e informações, entre outros elementos. Essa estrutura é essencial para garantir a eficiência dos processos e assegurar a conformidade com as diretrizes estabelecidas.

### 3. DA METODOLOGIA UTILIZADA

3.1. Para atender à presente demanda e auxiliar a Secretaria de Estado da Educação - SEDUC em sua tomada de decisão, será aplicada a metodologia de consultoria da Controladoria-Geral do Estado de Rondônia - CGE/RO, conforme estabelecido na Portaria nº 217, de 08 de dezembro de 2021, em conformidade com a Instrução Normativa nº 05, de 25 de maio de 2017.

3.2. Para a elaboração desta nota, é essencial esclarecer alguns conceitos que serão utilizados:

- **Risco:** Refere-se ao desvio em relação aos objetivos esperados e pode incluir tanto oportunidades quanto ameaças.
- **Consequência:** Representa o impacto de um evento de risco sobre os objetivos do processo.
- **Avaliação de Risco:** É o processo de identificação e análise dos riscos que podem influenciar a realização dos objetivos da organização, definindo respostas adequadas para cada risco.

3.3. O processo de avaliação de risco compreende as seguintes etapas:

- **Identificação de Riscos:** envolve a busca, identificação e descrição de riscos, incluindo a identificação de suas fontes, causas e possíveis consequências. Esse processo pode utilizar dados históricos, análises teóricas, insights de especialistas e partes interessadas;
- **Análise de Riscos:** compreende a compreensão das causas e consequências imediatas, incorporando uma consideração detalhada das incertezas, fontes de risco, cenários, bem como dos controles e sua eficácia;
- **Classificação de Níveis de Risco:** determina o nível de risco operacional através do produto da avaliação de impacto pela avaliação de probabilidade, conforme definido pelos parâmetros estabelecidos;
- **Tratamento de Riscos:** inclui medidas adotadas para gerenciar o risco, como evitar o risco iniciando ou descontinuando atividades relacionadas a ele; mitigar o risco ao reduzir sua probabilidade de ocorrência e/ou suas consequências (impacto); compartilhar o risco com terceiros; ou aceitar o risco por meio de uma escolha consciente e justificada.

3.4. Dessa forma, serão analisados os riscos inerentes à **contratação de empresa especializada em locação de espaço físico – Centro de Convivência**, visando atender alunos e professores durante os Jogos Escolares de Rondônia - JOER/2025.

#### 4. DO OBJETIVO DA AQUISIÇÃO E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO

4.1. O objetivo desta **contratação de serviço** é atender às necessidades específicas da **contratação de empresa especializada em locação de espaço físico – Centro de Convivência**, garantindo que os propósitos estabelecidos sejam claramente definidos e cumpridos de forma eficaz, conforme os requisitos do projeto ou atividade.

#### 5. DA AVALIAÇÃO DE RISCOS NA CONTRATAÇÃO

5.1. Após a análise documental, tornou-se evidente (conforme ilustrado no quadro abaixo) a identificação de riscos que demandam a atenção e avaliação da alta Administração da SEDUC. Estas ocorrências requerem a devida consideração para a implementação de medidas que visem evitar, mitigar, transferir ou compartilhar tais adversidades.

5.2. Neste contexto, à luz das disposições contidas no inciso I do artigo 15, incisos I a II do artigo 16 e inciso IV do artigo 22 da Portaria nº 217 de 8 de dezembro de 2021, bem como nas tabelas anexas (que abrangem a escala de probabilidades, consequências e níveis de riscos), procederemos com a análise pormenorizada.

- 5.3. Nesse ínterim, e seguindo essa linha de raciocínio, a análise do processo de contratação/aquisição foi conduzida levando em consideração os riscos e possíveis irregularidades mais significativos.
- 5.4. Foram identificados os riscos com maior probabilidade e impacto, e propostas medidas que a Alta Administração pode implementar para gerenciar essas situações.
- 5.5. Ademais, foram destacados outros riscos que também requerem atenção, juntamente com as medidas correspondentes para o seu tratamento.
- 5.6. **Insta esclarecer que os riscos, probabilidade / consequências, nível de riscos e ações sugeridas, foram validados de forma consensual entre a equipe da Comissão de Estudo Técnico Preliminar,** que constituiu o ponto focal na Secretaria para tratar os assuntos que são objeto desta nota de risco.

**6. QUANTO À AVALIAÇÃO GERAL DOS PRINCIPAIS RISCOS E/OU IMPROPRIEDADES IDENTIFICADAS**

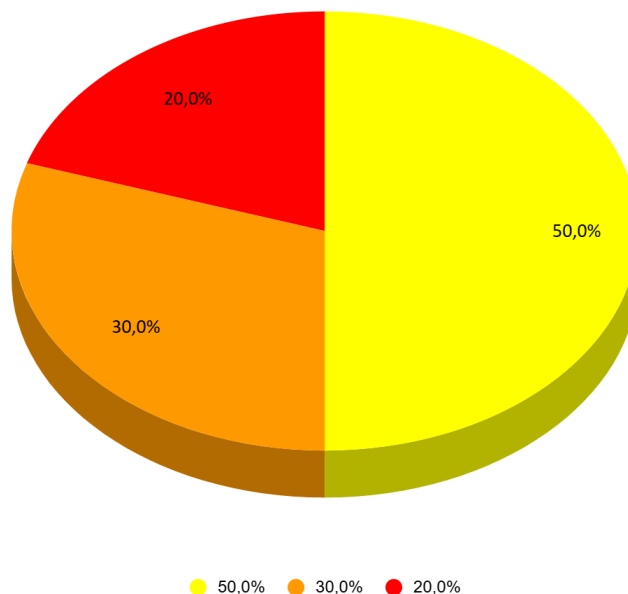
- 6.1. Do quantitativo de **10 (dez)** riscos identificados, têm-se, de acordo com o nível de risco estabelecido:
- **0 (zero)** considerados insignificantes;
  - **0 (zero)** considerados baixos;
  - **5 (cinco)** considerados médios;
  - **3 (três)** considerados altos; e
  - **2 (dois)** considerados extremos.
- 6.2. Conforme tabela 1 e gráfico 1 abaixo, que apresentam as ações sugeridas para os riscos identificados:

**Tabela nº 1: Quantitativos x Nível de Risco**

NÍVEL DE RISCO	NÚMERO DE RISCOS	PERCENTUAL
Insignificante	0	0,00%
Baixo	0	0,00%
Médio	5	50,00%
Alto	3	30,00%
Extremo	2	20,00%
TOTAL	10	100%

**Gráfico nº 1: Representação da distribuição dos risco**





**Quadro nº 1 - Identificação de Eventos de Riscos**

CAUSA	RISCOS	PROBABILIDADES	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DE RISCO	AÇÕES SUGERIDAS
Aquisição com preço acima da média do mercado	Dano ao erário	Rara	Muito relevante	Alto	Realizar uma ampla pesquisa obedecendo as normativas específicas do caso; Avaliação da composição dos preços unitários propostos, incluindo encargos sociais incidentes sobre a mão de obra; Utilizar os preços dos Bancos de dados do Governo, avaliar todas as cotações, fazer comparativos para que os preços unitários reflitam a realidade
Indisponibilidade de espaço adequado	Dificultar a realização dos eventos e comprometer a experiência dos participantes	Rara	Muito relevante	Alto	Definir claramente os requisitos técnicos e operacionais do serviço a ser contratado, especialmente em eventos que ocorrem em múltiplos locais e com grande quantidade de participantes



Mudança no calendário do evento	A empresa não dispor da logística adequada na data alterada	Eventual	Relevante	Extremo	Desenvolver um plano de contingência que estabeleça procedimentos e ações a serem adotados em caso de mudanças no calendário dos eventos, como revisão dos cronogramas de trabalho e a alocação de recursos adicionais, se necessário.
Atraso na execução do objeto em razão do descumprimento de prazo por parte da Contratada	Comprometimento do cronograma de execução do objeto que resultará na mudança efetiva dos eventos	Rara	Relevante	Médio	Acompanhamento da execução do contrato e cumprimento dos prazos estabelecidos nos requisitos dos Serviços
Falha na qualidade da Estrutura e Manutenção	Problemas durante os eventos, como falhas elétricas, vazamentos de água ou instalações inadequadas	Rara	Relevante	Médio	Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo da qualidade da estrutura e dos serviços de manutenção e limpeza do ambiente ao longo de todo o período contratual. Isso pode envolver inspeções regulares, relatórios de desempenho e feedback dos usuários.
O certame licitatório restar deserto ou fracassado	Não haver fornecedores interessados ou não atenderem as exigências do Edital; Realização de dispensa de licitação que impactará no planejamento	Rara	Muito relevante	Alto	Correto planejamento das exigências postas para a contratação; Realizar uma análise detalhada do mercado, consultas preliminares com possíveis fornecedores e a definição de requisitos claros e viáveis que atendam tanto às necessidades da Administração quanto às capacidades das empresa
Segurança inadequada	Expor os participantes a riscos de invasões, furto, vandalismo ou outros incidentes de segurança	Eventual	Relevante	Extremo	Realizar parcerias com autoridades locais, como polícia, bombeiros e serviços de emergência médica. Especificar

Ausência de previsão de solicitação de documentos que sejam imprescindíveis para a contratação como Atestados de Capacidade Técnica que detenham de quantidades mínimas satisfeitas; Contratação de empresa punida em outros órgãos por atraso; Falta de fiscalização durante as entregas	Seleção de fornecedor incapaz de executar o objeto	Rara	Relevante	Médio	Verificar as especificações detalhadas do serviço e levar ao pleno conhecimento do fornecedor. Aplicar sanções previstas no edital
Acessibilidade inadequada	Exclusão e dificuldades de acesso aos participantes portadores de necessidades especiais, ou mobilidade reduzida, violando seus direitos e comprometendo a integridade do evento como um todo	Rara	Relevante	Médio	Incluir requisitos detalhados de acessibilidade nos documentos licitatórios, com as especificações técnicas de acordo com as normas e legislação pertinentes. Realizar vistorias técnicas nos locais dos eventos para verificar pessoalmente as condições de acessibilidade e garantir que atendam aos requisitos estabelecidos.
Complexidade da planilha, mapa de cotação e falha humana. Falha na planilha de custos e cotação	Sobrepço	Rara	Relevante	Médio	Revisão da planilha pelo setor designado para cotação de preços; Promover a conscientização sobre a importância da precisão na introdução de dados e no processo de cotação; Estabelecer um fluxo de revisão das planilhas, onde um segundo colaborador verifique os dados e os cálculos.

6.3. A partir das medidas propostas, almeja-se enriquecer as iniciativas do Governo do Estado, colaborando ativamente para a redução dos riscos, aprimoramento dos mecanismos de governança e implementação das melhores práticas em operações, gestão de riscos e controles internos dentro da esfera da SEDUC, especialmente no que tange aos processos de contratação. Isso, por sua vez, visa oferecer suporte à Alta Gestão no processo decisório.

## 7. DA SÍNTESE

- 7.1. Ressalta-se que a classificação segundo o nível de risco identificado reflete a percepção da Comissão de Estudo Técnico Preliminar a partir de pesquisas, históricos e dados da instituição levantados. Essa classificação não é estanque ou definitiva, cabendo ao gestor a avaliação dos pontos para decidir quanto à aplicação das ações sugeridas ou a adoção de outras que julgar cabíveis.
- 7.2. A ideia é dar suporte à Gestão para que, assim querendo, possam adotar as contribuições noticiadas no Quadro Gestão de Riscos.
- 7.3. É importante salientar que as ações propostas não se restringem exclusivamente a medidas tomadas no momento da aquisição ou contratação. A administração tem a liberdade de implementar ações complementares durante a fase de planejamento, execução do serviço ou monitoramento, caso isso resulte em respostas mais efetivas aos riscos identificados.

## 8. DA CONCLUSÃO

- 8.1. O presente documento encontra-se em total consonância com a Portaria nº 217/2021, CGE/RO, que estabelece a metodologia de gestão de risco no âmbito do Poder Executivo Estadual. A Matriz de Riscos apresentada não visa apontar irregularidades nos processos, mas sim identificar possíveis eventos que possam afetar o alcance dos objetivos do processo. Ademais, propõe ações para mitigar esses riscos, cabendo à gestão avaliar a viabilidade e pertinência de sua implementação.
- 8.2. O foco deste trabalho foi direcionado para a identificação dos principais riscos relacionados a **contratação de empresa especializada em locação de espaço físico – Centro de Convivência**, visando atender alunos e professores durante os Jogos Escolares de Rondônia - JOER/2025.
- 8.3. Foram minuciosamente identificados e analisados os riscos, com especial atenção ao saneamento daqueles riscos classificados como de alto e extremo grau, sendo recomendado a apresentação de justificativas e esclarecimentos relevantes caso não sejam adotadas medidas mitigadoras, para evitar possíveis questionamentos de órgãos de controle externo.
- 8.4. Quanto aos riscos classificados como de alto e médio impacto, ressalta-se a importância de adotar as melhores práticas disponíveis, mesmo não existindo urgência no tratamento.
- 8.5. Importa destacar, como anteriormente mencionado, que as informações aqui apresentadas têm o intuito de orientar a atuação do gestor público. No entanto, cabe à autoridade responsável tomar a decisão que julgar mais apropriada para atender ao interesse público.
- 8.6. As orientações e sugestões fornecidas não abrangem todas as possibilidades de identificação de riscos e questões relevantes no processo operacional em questão. É atribuição da unidade e dos gestores das áreas envolvidas adotar uma abordagem contínua para identificá-los, bem como avaliar eventuais fragilidades no processo. Além disso, devem implementar as medidas necessárias, como controles internos eficazes, tanto para corrigir possíveis irregularidades e/ou inadequações, quanto para atuar preventivamente no desenvolvimento de políticas e procedimentos internos, assegurando a conformidade com a legislação, as metas e os objetivos estabelecidos.

Porto Velho, data e assinatura no sistema.

**ERCÍLIA HOLANDA SILVA**

Comissão de Estudo Técnico Preliminar - CETP/CAD

**IVONDICLEIA RODRIGUES DA SILVA**

Gerência de Planejamento de Contratações de Serviços - GPCS

**CLÊNIO MARCELO PEREIRA ARAÚJO**

Gerência de Esporte Escolar - GEE

**ANA CRISTINA GONÇALVES**

Gerência de Esporte Escolar - GEE

## ANEXO ÚNICO

### Escala de probabilidades, consequências e níveis de riscos

#### Escala de Probabilidade:

Frequência	Significado	Expressão
<b>Raríssima</b>	Evento extraordinário para os padrões conhecidos da gestão e operação do processo de contratação. Embora possa assumir dimensão estratégica para a manutenção do processo, não há histórico disponível para sua ocorrência.	0,10
<b>Rara</b>	Evento casual, inesperado. Muito embora raro, há histórico de ocorrência conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.	0,35
<b>Eventual</b>	Evento usual, corriqueiro. Devido à sua ocorrência habitual, seu histórico é amplamente conhecido por parte dos gestores e operadores do processo de contratação.	0,70
<b>Frequente</b>	Evento se reproduz muitas vezes, se repete seguidamente, de maneira assídua, numerosa e não raro de modo acelerado. Interfere de modo claro no ritmo das atividades, sendo evidente, mesmo para os que conhecem pouco o processo de contratação.	1,00

#### Escala de Consequências:

Impacto	Significado	Expressão
<b>Irrelevante</b>	Degradação na operação do processo de contratação, porém causando impactos mínimos para o órgão/entidade (em termos financeiros, danos à imagem, afetação da qualidade do processo de contratação).	10
<b>Pouco relevante</b>	Degradação na operação do processo de contratação, causando pequenos impactos no órgão/entidade.	20
<b>Relevante</b>	Interrupção do processo de contratação, causando impactos significativos para o órgão e entidade, porém passível de recuperação	50
<b>Muito relevante</b>	Interrupção do processo, causando impactos irreversíveis para o órgão/entidade.	100

#### Nível de Risco: Probabilidade X Consequências

Consequência	Avaliação do Risco			
<b>Muito Relevante</b>	Médio	Alto	Extremo	Extremo
<b>Relevante</b>	Baixo	Médio	Alto	Extremo
<b>Pouco relevante</b>	Insignificante	Baixo	Médio	Alto
<b>Irrelevante</b>	Insignificante	Insignificante	Baixo	Médio
	<b>Raríssima</b>	<b>Rara</b>	<b>Eventual</b>	<b>Frequente</b>
	<b>Probabilidade</b>			



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Goncalves, Técnico(a)**, em 27/12/2024, às 13:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Clenio Marcelo Pereira Araujo, Gerente**, em 27/12/2024, às 13:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



Documento assinado eletronicamente por **IVONDICLEIA RODRIGUES DA SILVA, Técnico(a)**, em 08/01/2025, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017.](#)

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0056074658** e o código CRC **1CA95F7B**.

---

**Referência:** Caso responda este(a) Mapa de Risco, indicar expressamente o Processo nº 0029.060408/2024-06

SEI nº 0056074658



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

### MINUTA DE CONTRATO

**CONTRATANTE:** O ESTADO DE RONDÔNIA, através da SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, inscrita no CNPJ de nº 04.564.530/0001-13, situada na Rua Padre Chiquinho, Palácio Rio Madeira, Reto 01, Edifício Rio Guaporé, nesta capital, neste ato representado pela Secretária de Estado da Educação, (**NOME**), inscrita no CPF nº \*\*\*.XXX.XXX-\*\*, no uso das atribuições que lhes confere o Decreto de 30 de dezembro de 2022, c/c com o art. 36 da Lei Complementar nº 733, de 10 de outubro de 2013.

**CONTRATADA:** (**EMPRESA**), inscrita no CNPJ sob o nº (**CNPJ**), situada à (**Rua**), (**nº**), (**Bairro**), (**CEP**), (**Cidade/Estado**), neste ato representada pelo Sr. (**nome/cargo**), inscrito no CPF sob o (**nº**), conforme documentos (**atos constitutivos da empresa ou procuração apresentada**).

Os Contratantes, por força do presente instrumento, celebram o presente Contrato, decorrente do **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0029.060408/2024-06** que deu origem a (**MODALIDADE DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO**), com fulcro no arts. 28, I, c/c 78, IV da Lei nº 14.133/2021, autorizado pela Autoridade Competente (**0054668740**), regido pela Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, com suas alterações e legislação correlata, sujeitando-se às normas dos supramencionados diplomas legais, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

**1.1.** Constitui objeto do presente TERMO DE CONTRATO, a Constitui objeto do presente Termo de Referência, a **Contratação Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Serviços de Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2. Vinculação:** Integram este Contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e seus anexos (**0000000000**), o **Edital de licitação**, o disposto na proposta da CONTRATADA (**xxx**) e demais elementos que sirvam à exata definição do objeto descrito na cláusula primeira.

#### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CARACTERÍSTICAS DO OBJETO

**2.1.** As informações quanto as especificações do objeto, estão previstas no **item 3.1. do Termo de Referência**, conforme dados abaixo:

Item	Código (CATMAT / CATSER)	Detalhamento do objeto	Unidade de Medida	Quantidade estimada de dias
LOTE I - CACOAL/RO				
1	22721	Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência) no Município de Cacoal/RO, em perímetro urbano, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025 Fase Estadual Etapa Modalidades Infantil 12 a 14 anos, no período de 02 a 12 de agosto de 2025.	DIÁRIA	13
LOTE II - PORTO VELHO/RO				
2	22721	Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência) no Município de Porto Velho/RO, em perímetro urbano, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, Fase Estadual Paraolímpica (12 a 14, 15 a 18 anos e acima), no período de 11 a 16 de outubro de 2025.	DIÁRIA	08
LOTE III - JI PARANÁ/RO				

3	22721	<b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de Ji Paraná/RO, em <b>perímetro urbano</b> , para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, Fase Estadual Juvenil 15 a 17 anos, no período <b>de 19 a 30 de agosto 2025</b> .	DIÁRIA	14
- <b>OBSERVAÇÃO:</b> Neste quadro acima, as especificações encontram-se resumidas. Para o completo conhecimento do detalhamento das especificações técnicas do objeto a ser contratado, o licitante interessado deverá consultar o Anexo VI - Quadro Detalhado de Especificação Técnica dos Itens, Serviços e Quantidades (0055201839)				

#### CLÁUSULA TERCEIRA – DO LOCAL, PRAZO DE EXECUÇÃO E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

**3.1.** O objeto da contratação deverá ser fornecido/executado no local, prazo e condições estabelecidas nos **itens 6.3., 6.5. e 9.2. do Termo de Referência**

#### CLÁUSULA QUARTA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

**4.1.** O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução de como o objeto será fiscalizado constam nos **itens 7. e 8. do Termo de Referência**

**4.2. Da Mapa de Risco 189:** 0056074658

CAUSA	RISCOS	PROBABILIDADES	CONSEQUÊNCIAS	NÍVEL DE RISCO	AÇÕES SUGERIDAS
Aquisição com preço acima da média do mercado	Dano ao erário	Rara	Muito relevante	Alto	Realizar uma ampla pesquisa obedecendo as normativas específicas do caso; Avaliação da composição dos preços unitários propostos, incluindo encargos sociais incidentes sobre a mão de obra; Utilizar os preços dos Bancos de dados do Governo, avaliar todas as cotações, fazer comparativos para que os preços unitários reflitam a realidade
Indisponibilidade de espaço adequado	Dificultar a realização dos eventos e comprometer a experiência dos participantes	Rara	Muito relevante	Alto	Definir claramente os requisitos técnicos e operacionais do serviço a ser contratado, especialmente em eventos que ocorrem em múltiplos locais e com grande quantidade de participantes
Mudança no calendário do evento	A empresa não dispor da logística adequada na data alterada	Eventual	Relevante	Extremo	Desenvolver um plano de contingência que estabeleça procedimentos e ações a serem adotados em caso de mudanças no calendário dos eventos, como revisão dos cronogramas de trabalho e a alocação de recursos adicionais, se necessário.
Atraso na execução do objeto em razão do descumprimento de prazo por parte da Contratada	Comprometimento do cronograma de execução do objeto que resultará na mudança efetiva dos eventos	Rara	Relevante	Médio	Acompanhamento da execução do contrato e cumprimento dos prazos estabelecidos nos requisitos dos Serviços
Falha na qualidade da Estrutura e Manutenção	Problemas durante os eventos, como falhas elétricas, vazamentos de água ou instalações inadequadas	Rara	Relevante	Médio	Estabelecer um sistema de monitoramento contínuo da qualidade da estrutura e dos serviços de manutenção e limpeza do ambiente ao longo de todo o período contratual. Isso pode envolver inspeções regulares, relatórios de desempenho e feedback dos usuários.
O certame licitatório restar deserto ou fracassado	Não haver fornecedores interessados ou não atenderem as exigências do Edital; Realização de dispensa de licitação que impactará no planejamento	Rara	Muito relevante	Alto	Correto planejamento das exigências postas para a contratação; Realizar uma análise detalhada do mercado, consultas preliminares com possíveis fornecedores e a definição de requisitos claros e viáveis que atendam tanto às necessidades da Administração quanto às capacidades das empresa
Segurança inadequada	Expor os participantes a riscos de invasões, furto, vandalismo ou outros incidentes de segurança	Eventual	Relevante	Extremo	Realizar parcerias com autoridades locais, como polícia, bombeiros e serviços de emergência médica. Especificar



Ausência de previsão de solicitação de documentos que sejam imprescindíveis para a contratação como Atestados de Capacidade Técnica que detenham de quantidades mínimas satisfeitas; Contratação de empresa punida em outros órgãos por atraso; Falta de fiscalização durante as entregas	Seleção de fornecedor incapaz de executar o objeto	Rara	Relevante	Médio	Verificar as especificações detalhadas do serviço e levar ao pleno conhecimento do fornecedor. Aplicar sanções previstas no edital
Acessibilidade inadequada	Exclusão e dificuldades de acesso aos participantes portadores de necessidades especiais, ou mobilidade reduzida, violando seus direitos e comprometendo a integridade do evento como um todo	Rara	Relevante	Médio	Incluir requisitos detalhados de acessibilidade nos documentos licitatórios, com as especificações técnicas de acordo com as normas e legislação pertinentes. Realizar vistorias técnicas nos locais dos eventos para verificar pessoalmente as condições de acessibilidade e garantir que atendam aos requisitos estabelecidos.
Complexidade da planilha, mapa de cotação e falha humana. Falha na planilha de custos e cotação	Sobrepço	Rara	Relevante	Médio	Revisão da planilha pelo setor designado para cotação de preços; Promover a conscientização sobre a importância da precisão na introdução de dados e no processo de cotação; Estabelecer um fluxo de revisão das planilhas, onde um segundo colaborador verifique os dados e os cálculos.

A partir das medidas propostas, almeja-se enriquecer as iniciativas do Governo do Estado, colaborando ativamente para a redução dos riscos, aprimoramento dos mecanismos

#### CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

**5.1.** O valor total da contratação é de **R\$ xxx ( )**, que corresponde à nota de empenho, a servir de lastro, para efetuar o pagamento da contratação do objeto referido na cláusula primeira, tudo depois de recebidos, testados e aprovados pela CONTRATANTE.

**5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

#### CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas do presente processo correrão por conta dos recursos específicos deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

FUNÇÃO PROGRAMÁTICA:	NATUREZA DA DESPESA:	FONTE:
<b>12.361.2156.4037</b> - Combater o Abandono Escolar no Ensino Fundamental	<b>3.3.90.39-</b> Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	<b>1500000001</b> - Recursos Não Vinculados de Impostos
<b>12.362.2157.4042-</b> Combater o Abandono Escolar no Ensino Médio	<b>3.3.90.39-</b> Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	<b>1500000001</b> - Recursos Não Vinculados de Impostos
<b>12.367.2158.4047</b> - Combater o Abandono Escolar na Educação Especial	<b>3.3.90.39-</b> Contratação de Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica	<b>1500000001</b> - Recursos Não Vinculados de Impostos

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO, LIQUIDAÇÃO E PRAZOS

**7.1.** As informações quanto ao pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes a esse contrato estão previstas nos **itens 9.1., 9.19. e 9.28. do Termo de Referência.**

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS

**8.1.** A formalização da contratação se dará através de Contrato Administrativo na forma do art. 89 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

**8.2.** A empresa CONTRATADA deverá assinar o contrato disponibilizado via Sistema Estadual de Informação - SEI no prazo máximo de **03 (três) dias** úteis, após a notificação para assinatura do Contrato, nas condições estabelecidas no respectivo Termo de Referência e Anexos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 90 da Lei nº 14.133/2021.

**8.3.** O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.

**8.4.** É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

**8.5.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

**8.6.** É obrigação do contratado de manter, durante toda execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação ou na contratação direta.

#### **CLÁUSULA NONA – PRAZO DE VIGÊNCIA**

##### **9.1. Da Vigência do Contrato:**

**9.1.1.** O prazo de vigência da contratação é de **até 12 meses**, contados da assinatura do instrumento contratual, pelas partes, com execução a partir do recebimento da primeira Ordem de Serviço, com prorrogação, na forma dos artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.1.2.** O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**9.1.3.** Por ter sido adotado a modalidade de Pregão Eletrônico, com julgamento de Menor Preço por Lote, a contratação posterior de item específico constante de grupo de itens, exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou entidade.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA GARANTIA DO OBJETO E DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

**10.1.** Serão exigidas Garantias Contratuais, conforme previsto no item **6.10.** do Termo de Referência.

**10.2.** A Contratada deverá garantir o produto e os serviços executados, respondendo, nos ditames da Lei nº. 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações pertinentes, por quaisquer danos decorrentes da má execução dos serviços que não estiverem conforme o pactuado neste contrato e demais normas pertinentes, conforme **itens 6.16. do Termo de Referência.**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS**

**11.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 74, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

**11.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**11.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**11.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**11.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**11.3.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

**11.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**11.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**11.3.3.** Indenizações e multas.

**11.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

**11.5.** O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do contratante e à aplicação das penalidades cabíveis.

**11.6.** O contratante poderá conceder prazo para que o contratado regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

**11.7.** Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo contratado das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.

**11.8.** Até que o contratado comprove o disposto no item anterior, o contratante reterá:

**11.8.1.** a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria (art. 121, § 3º, I, e art. 139, III, b, da Lei nº 14.133/2021); e

**11.8.2.** os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

**11.9.** Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, o contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado (art. 121, §3º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021).

**11.10.** O contratante poderá ainda:

**11.10.1.** nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo contratado, reter a garantia prestada a ser executada (art. 139, III, “c”, da Lei nº 14.133/2021), conforme legislação que rege a matéria; e

**11.10.2.** nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei nº 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do contratado decorrentes do contrato.

**11.11.** O contrato poderá ser extinto:

**11.11.1.** caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei nº 14.133, de 2021);

**11.11.2.** caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto nº 7.203, de 4 de junho de 2010).

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA SUBCONTRATAÇÃO**

**12.1.** Não poderá subcontratar o objeto do presente Termo de Referência, sem o consentimento prévio da SEDUC e desde de que demonstrada a inviabilidade técnico-econômica da execução integral do objeto por parte da contratada, a qual, caso haja, após análise do pedido, precedida de verificação prévia in loco das instalações a serem utilizadas, para prestação de cadeiras, toalhas, mão de obra relativo a segurança, manutenção e limpeza e demais condições deste Termo de Referência, podendo ser permitido até limite máximo de até **49 % (quarenta e nove por cento)**, constante do contrato.

**12.2.** A previsão para subcontratação, decorre de vários fatores inerentes ao objeto de contratação, para atender a magnitude do evento, constando nos autos a justificativa (0055026507).

**12.3.** É vedada a subcontratação de empresa declarada inidônea ou suspensão de licitar com órgão da Administração Pública.

**12.4.** Em qualquer hipótese permanece a responsabilidade integral da Contratada pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão das atividades desempenhadas pela subcontratada, bem como responder perante a Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais

## **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES**

**13.1.** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratada também se incluem o disposto nos **itens 15.1.1. a 15.1.62. do Termo de Referência.**

**13.1.1.** A Contratada fica obrigada a cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

**13.2.** Além daquelas determinadas por leis, decretos, regulamentos e demais dispositivos legais, nas obrigações da Contratante também se incluem o disposto nos **itens 14.1 a 14.19. do Termo de Referência.**

**13.3.** As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa, conforme **item 15.1.43. e 15.1.44. do Termo de Referência.**

**13.3.1.** É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS SANÇÕES**

**14.1.** Sem prejuízo das sanções cominadas no art. 156. I, II, III e IV, da Lei nº 14.133/2021 e nas demais legislações correlatas, pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia e ampla defesa, aplicar à CONTRATADA as sanções previstas no item 16.1. a 16.11. **do Termo de Referência.**

## **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E DO REEQUILÍBRO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

**15.1.** Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano e o reajuste quando ocorrer será por índice oficial do mercado IPCA, **contado da data do orçamento estimado**, conforme § 7º, art. 25, da Lei n. 14.133/2021.

**15.2.** As alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021 e arts. 142 a 145 do Decreto Estadual nº 28.874/204.

**15.2.1.** Os acréscimos ou supressões não poderão exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato nas obras, nos serviços ou nas compras e de 50% (cinquenta por cento), no caso de reforma de edifício ou de equipamento.

**15.3.** O reequilíbrio econômico-financeiro se dará sob a forma de **reajuste em sentido estrito**, espécie de reajuste nos contratos de obra, fornecimento ou serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra, com a previsão de índices específicos ou setoriais, ou por **repactuação**, que deverá ser utilizada nas contratações de serviços continuados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com demonstração analítica da variação dos componentes dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços, ou do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

**15.3.1.** O pedido relacionado ao reequilíbrio econômico-financeiro deverá ser apresentado pela contratada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do fato gerador de seu direito.

**15.3.2.** Eventual pedido de reajuste ou repactuação seguirá as regras dos arts. 150 a 156, do Decreto Estadual nº 28.874/2024 e conforme **itens 3.10. e 6.15. Termo de Referência.**

**15.4. A revisão contratual** (revisão de preços ou recomposição) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor do contratado quanto da Administração contratante, devendo ser instruído com os documentos estabelecidos no art. 164 do Decreto Estadual nº 28.874/2024.

**15.5. A decisão sobre o pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro** (reajuste, repactuação ou revisão) deve ser realizada no **prazo máximo de 60 (sessenta dias)**, contados a partir da solicitação e da entrega dos documentos necessários a instrução do pedido.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO**

**16.1.** A CONTRATADA deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DOS CASOS OMISSOS**

**17.1.** Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Após as assinaturas deste Contrato a Contratante, providenciará a publicação de resumo no Diário Oficial do Estado e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), sem prejuízo de outras publicações que a CONTRATANTE tenha como necessárias, conforme a Lei nº 14.133/2021 e Decreto Estadual nº 28.874/2024.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO FORO**

**19.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento que não possam ser dirimidas administrativamente serão processadas e julgadas no Foro de Porto Velho, capital do Estado de Rondônia, que prevalecerá sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente Contrato.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1.** Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

#### **CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS ASSINATURAS, DATA DA CELEBRAÇÃO E VISTO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO**

**21.1.** Considerando que a presente avença é celebrada no bojo de processo virtual que tramita no âmbito do Sistema Eletrônico de Informações - SEI, a data de celebração será correspondente a da aposição da assinatura eletrônica mais recente de qualquer das partes qualificadas no preâmbulo.

**21.2.** Instrumento jurídico elaborado na forma do art. 23, I, da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.

**21.3.** Para firmeza e como prova do acordado, o presente Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado eletronicamente pelas partes.



Documento assinado eletronicamente por **DÉBORA LÚCIA RAPOSO DA SILVA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 06/05/2025, às 16:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0059638840** e o código CRC **5A09411B**.



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA  
Secretaria de Estado da Educação - SEDUC

SAMS

SOLICITAÇÃO E AQUISIÇÃO DE MATERIAIS/SERVIÇOS – SAMS

Processo: 0029.060408/2024-06						
Unidade Orçamentária: 16.0001 – Secretaria de Estado da Educação – SEDUC			Unidade Demandante: Coordenadoria de Educação Física, Arte, Cultura, Esporte Escolar			
			Unidade Solicitante: Gerência de Planejamento de Contratos de Serviços			
OBJETO: Constitui objeto do presente Termo de Referência, a <b>Contratação Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica – Serviços de Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência</b> , por meio de Registro de Preços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.						
Lote	Código (CATMAT / CATSER)	Detalhamento do objeto	Unidade de Medida	Quantidade estimada de dias	Valor Estimado (R\$)	Valor Estimado Total(R\$)
LOTE I - CACOAL/RO						
1	22721	<p><b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de <b>Cacoal/RO, em perímetro urbano</b>, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025 Fase Estadual <b>Etapa Modalidades Infantil 12 a 14 anos, no período de 02 a 12 de Agosto de 2025</b>. O espaço deverá atender as características a seguir relacionadas:</p> <p><b>O Espaço Físico</b> que deverá possuir uma área coberta de alvenaria com uma metragem <b>mínima</b> aproximada de 900 m² (novecentos metros quadrados), composto por instalações elétricas, hidráulica e esgoto em perfeitas condições de uso com no mínimo duas entradas; para execução da área de Convivência (área de descanso), com jogos alternativos (Dama, Xadrez etc), Futebol de Botão, Clínicas Esportiva (Basquete 3 x 3, etc...), Pebolim e Tênis de Mesa, cerimônias de premiação e montagem do restaurante central. Deverá fazer parte da edificação contratada:</p> <p>- <b>No mínimo 02 banheiros e sanitários coletivos</b>, sendo 01 masculino e 01 feminino para atender 10 pessoas simultaneamente.</p> <p>- <b>Centrais de Ar condicionado</b> para climatização do ambiente das 10 h às 23h, sendo os mesmos devendo estar em funcionamento durante todo esse período.</p> <p>- <b>01 Ambiente</b> adequado com dimensões de no <b>mínimo</b> de 10 m x 10 m para montagem da cozinha e instalação de equipamentos para preparação e conservação de alimentos e higienização de utensílios utilizados para servir alimentação aos participantes dos jogos, contendo com os seguintes equipamentos: balcões de mármore com pias de aço inoxidáveis (para higienização de pratos, talheres e demais utensílios de cozinha), balcões de mármore para pré-preparo e preparo de alimentos, com sistema de ventilação ou exaustão e depósito para armazenar alimentos.</p> <p>- <b>Palco</b> medindo no <b>mínimo</b> (5 m de frente, 5 m de profundidade e no mínimo 80 cm de altura e rampa de acessibilidade) para apresentações culturais e cerimônias de premiação.</p> <p><b>A contratada deverá</b> instalar no espaço uma praça de alimentação para atendimento de refeições (almoço e jantar) com no <b>mínimo</b>:</p>	DIÁRIA	13		

		<p>- <b>50 (cinquenta) mesas</b>, com tampões redondos de compensados com 06 (seis) cadeiras plásticas para acomodação mínima de <b>aproximadamente 300 (trezentas) pessoas</b>, e toalhas de tecido para forrar as mesas.</p> <p>- <b>Limpeza, equipe de higiene diária</b> (manhã - 09h às 12h, tarde - 12h às 15h e noite - 16h às 21h) com no <b>mínimo 04 pessoas sendo 02 (duas) de toda área do estabelecimento</b>, ou seja, os 900 m² (Centro de Convivência, Restaurante Central, Banheiros) e <b>02 (duas) para higienização das mesas no momento das refeições</b> (conforme utilização de cada mesa) e com troca de toalhas (se for o caso), em cada período de refeições.</p> <p>Sendo de responsabilidade da mesma todos os materiais de limpeza e higiene (produtos químicos/sanitizantes, papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico, álcool em gel e álcool líquido 70% disponibilizados em recipientes apropriados).</p> <p>- <b>02 bebedouros industriais</b> para fornecimento de água potável, gelada para atendimento de toda demanda do JOER/2025, com copos descartáveis.</p> <p>- <b>Serviços de Manutenção</b> para solução de problemas da rede hidráulica, esgoto e elétrica da área locada, a serem solucionados de imediato, assim que solicitado pela Coordenação do evento.</p> <p>- <b>Internet WI-FI ou de cabo durante o período de locação (24 h)</b> para atender a necessidade dos participantes no Centro de Convivência (<b>celulares dos participantes, média diária de circulação de 600 pessoas</b>).</p> <p>- <b>Serviço de Segurança (certificada)</b> todos os dias do evento (manhã – 08h às 12h, tarde - 12h às 18h e noite – 18h às 23h), <b>sendo no mínimo 02 (duas) pessoas in loco por período</b>, totalizando no mínimo 6 seguranças diários. Os seguranças deverão possuir a <b>Carteira Nacional de Vigilante atualizada apresentada no primeiro dia do Evento</b>.</p>				
<b>LOTE II - PORTO VELHO/RO</b>						
2	22721	<p><b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de <b>Porto Velho/RO, em perímetro urbano</b>, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, <b>Fase Estadual Paraolímpica</b> (12 a 14, 15 a 18 anos e acima), no período <b>de 11 a 16 de Outubro de 2025</b>.</p> <p><b>O Espaço Físico</b> deverá ser acessível a pessoas com deficiências, ou seja, promover a <b>acessibilidade</b> significa assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso, atendendo as características a seguir relacionadas:</p> <p>- <b>Rampas</b> - As rampas são formas de acessibilidade que precisam ser bem planejadas e construídas;</p> <p>- <b>Nivelamento de piso</b>;</p> <p>- <b>Barras de apoio</b>;</p> <p>- <b>Piso antiderrapante</b>.</p> <p>- <b>No mínimo 02 banheiros e sanitários coletivos</b>, sendo 01 masculino e 01 feminino para atender 10 pessoas simultaneamente.</p> <p>- <b>Centrais de Ar condicionado</b> para climatização do ambiente das 10 h às 23h, sendo os mesmos devendo estar em funcionamento durante todo esse período.</p> <p>- <b>01 Ambiente</b> adequado com dimensões de no <b>mínimo</b> de 10 m x 10 m para montagem da cozinha e instalação de equipamentos para preparação e conservação de alimentos e higienização de utensílios utilizados para servir alimentação aos participantes dos jogos, contendo com os seguintes equipamentos: balcões de mármore com pias de aço inoxidáveis (para higienização de pratos, talheres e demais utensílios de cozinha), balcões de mármore para pré-preparo e preparo de alimentos, com sistema de ventilação ou exaustão e depósito para armazenar alimentos.</p> <p>- <b>Palco</b> medindo no <b>mínimo</b> (5 m de frente, 5 m de profundidade e no mínimo 80 cm de altura e rampa de acessibilidade) para apresentações culturais e cerimônias de premiação.</p> <p><b>A contratada deverá</b> instalar no espaço uma praça de alimentação para atendimento de refeições (almoço e jantar) com no <b>mínimo</b>:</p> <p>- <b>50 (cinquenta) mesas</b>, com tampões redondos de compensados com 06 (seis) cadeiras plásticas para acomodação mínima de <b>aproximadamente 300 (trezentas) pessoas</b>, e toalhas de tecido para forrar as mesas.</p> <p>- <b>Limpeza, equipe de higiene diária</b> (manhã - 09h às 12h, tarde - 12h às 15h e noite - 16h às 21h) com no <b>mínimo 04 pessoas sendo 02 (duas) de toda área do estabelecimento</b>, ou seja, os 900 m² (Centro de Convivência,</p>	DIÁRIA	08		

		<p>Restaurante Central, Banheiros) e <b>02 (duas) para higienização das mesas no momento das refeições</b> (conforme utilização de cada mesa) e com troca de toalhas (se for o caso), em cada período de refeições.</p> <p>Sendo de responsabilidade da mesma todos os materiais de limpeza e higiene (produtos químicos/sanitizantes, papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico, álcool em gel e álcool líquido 70% disponibilizados em recipientes apropriados).</p> <p>- <b>02 bebedouros industriais</b> para fornecimento de água potável, gelada para atendimento de toda demanda do JOER/2025 com copos descartáveis.</p> <p>- <b>Serviços de Manutenção</b> para solução de problemas da rede hidráulica, esgoto e elétrica da área locada, a serem solucionados de imediato, assim que solicitado pela Coordenação do evento.</p> <p>- <b>Internet WI-FI ou de cabo durante o período de locação (24 h)</b> para atender a necessidade dos participantes no Centro de Convivência (<b>celulares dos participantes, média diária de circulação de 600 pessoas</b>).</p> <p>- <b>Serviço de Segurança (certificada)</b> todos os dias do evento (manhã – 08h às 12h, tarde - 12h às 18h e noite – 18h às 23h), <b>sendo no mínimo 02 (duas)</b> pessoas in loco por período, totalizando no mínimo 6 seguranças diários. Os seguranças deverão possuir a <b>Carteira Nacional de Vigilante atualizada apresentada no primeiro dia do Evento</b>.</p>				
LOTE III - JI PARANÁ/RO						
3	22721	<p><b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de Ji Paraná/RO, em perímetro urbano, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, Fase Estadual Juvenil 15 a 17 anos, no período <b>de 19 a 30 de agosto 2025</b>. O espaço deverá atender as características a seguir relacionadas:</p> <p><b>O Espaço Físico</b> que deverá possuir uma área coberta de alvenaria com uma metragem <b>mínima</b> aproximada de 900 m² (novecentos metros quadrados), composto por instalações elétricas, hidráulica e esgoto em perfeitas condições de uso com no mínimo duas entradas; para execução da área de Convivência (área de descanso), com jogos alternativos (Dama, Xadrez etc), Futebol de Botão, Clínicas Esportiva (Basquete 3 x 3, etc...), Pebolim e Tênis de Mesa, cerimônias de premiação e montagem do restaurante central. Deverá fazer parte da edificação contratada:</p> <p>- <b>No mínimo 02 banheiros e sanitários coletivos</b>, sendo 01 masculino e 01 feminino para atender 10 pessoas simultaneamente.</p> <p>- <b>Centrais de Ar condicionado</b> para climatização do ambiente das 10 h às 23h, sendo os mesmos devendo estar em funcionamento durante todo esse período.</p> <p>- <b>01 Ambiente</b> adequado com dimensões de no <b>mínimo</b> de 10 m x 10 m para montagem da cozinha e instalação de equipamentos para preparação e conservação de alimentos e higienização de utensílios utilizados para servir alimentação aos participantes dos jogos, contendo com os seguintes equipamentos: balcões de mármore com pias de aço inoxidáveis (para higienização de pratos, talheres e demais utensílios de cozinha), balcões de mármore para pré-preparo e preparo de alimentos, com sistema de ventilação ou exaustão e depósito para armazenar alimentos.</p> <p>- <b>Palco</b> medindo no <b>mínimo</b> (5 m de frente, 5 m de profundidade e no mínimo 80 cm de altura e rampa de acessibilidade) para apresentações culturais e cerimônias de premiação.</p> <p><b>A contratada deverá</b> instalar no espaço uma praça de alimentação para atendimento de refeições (almoço e jantar) com no <b>mínimo</b>:</p> <p>- <b>50 (cinquenta) mesas</b>, com tampões redondos de compensados com 06 (seis) cadeiras plásticas para acomodação mínima de <b>aproximadamente 300 (trezentas)</b> pessoas, e toalhas de tecido para forrar as mesas.</p> <p>- <b>Limpeza, equipe de higiene diária</b> (manhã - 09h às 12h, tarde - 12h às 15h e noite - 16h às 21h) com no <b>mínimo 04 pessoas sendo 02 (duas) de toda área do estabelecimento</b>, ou seja, os 900 m² (Centro de Convivência, Restaurante Central, Banheiros) e <b>02 (duas) para higienização das mesas no momento das refeições</b> (conforme utilização de cada mesa) e com troca de toalhas (se for o caso), em cada período de refeições.</p> <p>Sendo de responsabilidade da mesma todos os materiais de limpeza e higiene (produtos químicos/sanitizantes, papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico, álcool em gel e álcool líquido 70% disponibilizados em recipientes apropriados).</p> <p>- <b>02 bebedouros industriais</b> para fornecimento de água potável, gelada para atendimento de toda demanda do JOER/2025, com copos descartáveis.</p>	DIÁRIA	14		



	<p>- <b>Serviços de Manutenção</b> para solução de problemas da rede hidráulica, esgoto e elétrica da área locada, a serem solucionados de imediato, assim que solicitado pela Coordenação do evento.</p> <p>- <b>Internet WI-FI ou de cabo durante o período de locação (24 h)</b> para atender a necessidade dos participantes no Centro de Convivência (<b>celulares dos participantes, média diária de circulação de 600 pessoas</b>).</p> <p>- <b>Serviço de Segurança (certificada)</b> todos os dias do evento (manhã – 08h às 12h, tarde - 12h às 18h e noite – 18h às 23h), <b>sendo no mínimo 02 (duas)</b> pessoas in loco por período, totalizando no mínimo 6 seguranças diários. Os seguranças deverão possuir a <b>Carteira Nacional de Vigilante atualizada apresentada no primeiro dia do Evento</b>.</p>			
VALOR DA PROPOSTA: EM R\$	VALIDADE DA PROPOSTA:		PRAZO DE ENTREGA:	
LOCAL:	DATA:		TELEFONE DE CONTATO:	
BANCO:	AGÊNCIA:		C/C:	
ASSINATURA (QUANDO RUBRICADO, NOME POR EXTENSO OU CARIMBO DO RESPONSÁVEL PELA COTAÇÃO DA EMPRESA):				
CARIMBO DO CNPJ/CPF-ME:		USO EXCLUSIVO DA SC/SUPEL		



Documento assinado eletronicamente por **DÉBORA LÚCIA RAPOSO DA SILVA, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/01/2025, às 13:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0056411774** e o código CRC **AC925DFD**.

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.(A)	EMP 1	EMP 2	EMP 3	EMP 4	PREÇO MÍNIMO (D)	PREÇO MÉDIO (E)	PREÇO MEDIANO (F)	DESVIO PADRÃO	COEFICIENTE DE VARIÇÃO	PARAMETRO UTILIZADO (MÍNIMO/MÉDIO)	SUBTOTAL GERAL [F + G]
<b>LOTE 1 - CACOAL/RO</b>														
1	Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência) no Município de Cacoal/RO, em perímetro urbano, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025 Fase Estadual Etapa Modalidades Infantil 12 a 14 anos, no período de 02 a 12 de Agosto de 2025.	DIÁRIA	13	13.000,00	14.690,00	13.290,00	R\$ 15.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 13.995,00	R\$ 13.990,00	996,68	7,12%	MÉDIO	R\$ 181.935,00
<b>VALOR DO LOTE 1</b>														<b>R\$ 181.935,00</b>
<b>LOTE 2 - PORTO VELHO/RO</b>														
2	Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência) no Município de Porto Velho/RO, em perímetro urbano, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, Fase Estadual Paraolímpica (12 a 14, 15 a 18 anos e acima), no período de 11 a 16 de Outubro de 2025.	DIÁRIA	8	22.000,00	20.400,00	34.048,75	22.380,00	R\$ 20.400,00	R\$ 24.707,19	R\$ 22.190,00	6.286,53	25,44%	MÉDIO	R\$ 197.657,52

VALOR DO LOTE 2												R\$ 197.657,52
LOTE 3 - JI PARANÁ/RO												
3	Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência) no Município de Ji Paraná/RO, em perímetro urbano, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, Fase Estadual Juvenil 15 a 17 anos, no período de 19 a 30 de agosto 2025.	DIÁRIA	14	21.000,00	20.400,00	34.048,75	22.380,00	R\$ 20.400,00	R\$ 24.457,19	R\$ 21.690,00	6.447,89 26,36% MEDIANA	R\$ 303.660,00
VALOR DO LOTE 3												R\$ 303.660,00
VALOR TOTAL												R\$ 683.252,52
VALOR DO LOTE 1												R\$ 181.935,00
VALOR DO LOTE 2												R\$ 197.657,52
VALOR DO LOTE 3												R\$ 303.660,00

NOTA EXPLICATIVA:  
IDENTIFICAÇÃO DAS COTA EMP1 ATA SUPEL 209/2024  
EMP2 BANCO DE PREÇOS  
EMP3 BANCO DE PREÇOS  
EMP4 BANCO DE PREÇOS  
EMP5  
EMP6

**QUADRO DETALHADO DE ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS – JOER/2025 – CENTROS DE CONVIVÊNCIA**

Item	Código (CATMAT / CATSER)	Detalhamento do objeto	Unidade de Medida	Quantidade estimada de dias
<b>LOTE I - CACOAL/RO</b>				
1	22721	<p><b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de <b>Cacoal/RO, em perímetro urbano</b>, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025 Fase Estadual <b>Etapa Modalidades Infantil 12 a 14 anos, no período de 02 a 12 de Agosto de 2025</b>. O espaço deverá atender as características a seguir relacionadas:</p> <p><b>O Espaço Físico</b> que deverá possuir uma área coberta de alvenaria com uma metragem <b>mínima</b> aproximada de 900 m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados), composto por instalações elétricas, hidráulica e esgoto em perfeitas condições de uso com no mínimo duas entradas; para execução da área de Convivência (área de descanso), com jogos alternativos (Dama, Xadrez etc), Futebol de Botão, Clínicas Esportiva (Basquete 3 x 3, etc...), Pebolim e Tênis de Mesa, cerimônias de premiação e montagem do restaurante central. Deverá fazer parte da edificação contratada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>No mínimo 02 banheiros e sanitários coletivos</b>, sendo 01 masculino e 01 feminino para atender 10 pessoas simultaneamente.</li> <li>- <b>Centrais de Ar condicionado</b> para climatização do ambiente das 10 h às 23h, sendo os mesmos devendo estar em funcionamento durante todo esse período.</li> <li>- <b>01 Ambiente</b> adequado com dimensões de no <b>mínimo</b> de 10 m x 10 m para montagem da cozinha e instalação de equipamentos para preparação e conservação de alimentos e higienização de utensílios utilizados para servir alimentação aos participantes dos jogos, contendo com os seguintes equipamentos: balcões de mármore com pias de aço inoxidáveis (para higienização de pratos, talheres e demais utensílios de cozinha), balcões de mármore para pré-preparo e preparo de alimentos, com sistema de ventilação ou exaustão e depósito para armazenar alimentos.</li> <li>- <b>Palco</b> medindo no <b>mínimo</b> (5 m de frente, 5 m de profundidade e no mínimo 80 cm de altura e rampa de acessibilidade) para apresentações culturais e cerimônias de premiação.</li> </ul> <p><b>A contratada deverá</b> instalar no espaço uma praça de alimentação para atendimento de refeições (almoço e jantar) com no <b>mínimo</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>50 (cinquenta) mesas</b>, com tampões redondos de compensados com 06 (seis) cadeiras plásticas para acomodação <b>mínima</b> de <b>aproximadamente 300 (trezentas)</b> pessoas, e toalhas de tecido para forrar as mesas.</li> <li>- <b>Limpeza, equipe de higiene diária</b> (manhã - 09h às 12h, tarde - 12h às 15h e noite - 16h às 21h) com no <b>mínimo 04 pessoas sendo 02 (duas) de toda área do estabelecimento</b>, ou seja, os 900 m<sup>2</sup> (Centro de Convivência, Restaurante Central, Banheiros) e <b>02 (duas) para higienização das mesas no momento das refeições</b> (conforme utilização de cada mesa) e com troca de toalhas (se for o caso), em cada período de refeições.</li> </ul>	DIÁRIA	13

		<p>Sendo de responsabilidade da mesma todos os materiais de limpeza e higiene (produtos químicos/sanitizantes, papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico, álcool em gel e álcool líquido 70% disponibilizados em recipientes apropriados).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>02 bebedouros industriais</b> para fornecimento de água potável, gelada para atendimento de toda demanda do JOER/2025, com copos descartáveis.</li> <li>- <b>Serviços de Manutenção</b> para solução de problemas da rede hidráulica, esgoto e elétrica da área locada, a serem solucionados de imediato, assim que solicitado pela Coordenação do evento.</li> <li>- <b>Internet WI-FI ou de cabo durante o período de locação (24 h)</b> para atender a necessidade dos participantes no Centro de Convivência (<b>celulares dos participantes, média diária de circulação de 600 pessoas</b>).</li> <li>- <b>Serviço de Segurança (certificada)</b> todos os dias do evento (manhã – 08h às 12h, tarde - 12h às 18h e noite – 18h às 23h), <b>sendo no mínimo 02 (duas)</b> pessoas in loco por período, totalizando no mínimo 6 seguranças diários. Os seguranças deverão possuir a <b>Carteira Nacional de Vigilante atualizada apresentada no primeiro dia do Evento</b>.</li> </ul>		
<b>LOTE II - PORTO VELHO/RO</b>				
2	22721	<p><b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de <b>Porto Velho/RO, em perímetro urbano</b>, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, <b>Fase Estadual Paraolímpica</b> (12 a 14, 15 a 18 anos e acima), no período de <b>11 a 16 de Outubro de 2025</b>.</p> <p><b>O Espaço Físico</b> deverá ser acessível a pessoas com deficiências, ou seja, promover a <b>acessibilidade</b> significa assegurar às pessoas com deficiência o acesso, em igualdade de oportunidades, ao meio físico, ao transporte, à informação e comunicação, inclusive aos sistemas e tecnologias da informação e comunicação, bem como a outros serviços e instalações abertos ao público ou de uso, atendendo as características a seguir relacionadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>Rampas</b> - As rampas são formas de acessibilidade que precisam ser bem planejadas e construídas;</li> <li>- <b>Nivelamento de piso;</b></li> <li>- <b>Barras de apoio;</b></li> <li>- <b>Piso antiderrapante.</b></li> <li>- <b>No mínimo 02 banheiros e sanitários coletivos</b>, sendo 01 masculino e 01 feminino para atender 10 pessoas simultaneamente.</li> <li>- <b>Centrais de Ar condicionado</b> para climatização do ambiente das 10 h às 23h, sendo os mesmos devendo estar em funcionamento durante todo esse período.</li> <li>- <b>01 Ambiente</b> adequado com dimensões de no <b>mínimo</b> de 10 m x 10 m para montagem da cozinha e instalação de equipamentos para preparação e conservação de alimentos e higienização de utensílios utilizados para servir alimentação aos participantes dos jogos, contendo com os seguintes equipamentos: balcões de mármore com pias de aço inoxidáveis (para higienização de pratos, talheres e demais utensílios de cozinha), balcões de mármore para pré-preparo e preparo de alimentos, com sistema de ventilação ou exaustão e depósito para armazenar alimentos.</li> <li>- <b>Palco</b> medindo no <b>mínimo</b> (5 m de frente, 5 m de profundidade e no mínimo 80 cm de altura e rampa de</li> </ul>	DIÁRIA	08

		<p>acessibilidade) para apresentações culturais e cerimônias de premiação.</p> <p><b>A contratada deverá</b> instalar no espaço uma praça de alimentação para atendimento de refeições (almoço e jantar) com no <b>mínimo</b>:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>50 (cinquenta) mesas</b>, com tampões redondos de compensados com 06 (seis) cadeiras plásticas para acomodação mínima de <b>aproximadamente 300 (trezentas)</b> pessoas, e toalhas de tecido para forrar as mesas.</li> <li>- <b>Limpeza, equipe de higiene diária</b> (manhã - 09h às 12h, tarde - 12h às 15h e noite - 16h às 21h) com no <b>mínimo 04 pessoas sendo 02 (duas) de toda área do estabelecimento</b>, ou seja, os 900 m<sup>2</sup> (Centro de Convivência, Restaurante Central, Banheiros) e <b>02 (duas) para higienização das mesas no momento das refeições</b> (conforme utilização de cada mesa) e com troca de toalhas (se for o caso), em cada período de refeições.</li> </ul> <p>Sendo de responsabilidade da mesma todos os materiais de limpeza e higiene (produtos químicos/sanitizantes, papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico, álcool em gel e álcool líquido 70% disponibilizados em recipientes apropriados).</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>02 bebedouros industriais</b> para fornecimento de água potável, gelada para atendimento de toda demanda do JOER/2025 com copos descartáveis.</li> <li>- <b>Serviços de Manutenção</b> para solução de problemas da rede hidráulica, esgoto e elétrica da área locada, a serem solucionados de imediato, assim que solicitado pela Coordenação do evento.</li> <li>- <b>Internet WI-FI ou de cabo durante o período de locação (24 h)</b> para atender a necessidade dos participantes no Centro de Convivência (<b>celulares dos participantes, média diária de circulação de 600 pessoas</b>).</li> <li>- <b>Serviço de Segurança (certificada)</b> todos os dias do evento (manhã – 08h às 12h, tarde - 12h às 18h e noite – 18h às 23h), <b>sendo no mínimo 02 (duas) pessoas in loco por período</b>, totalizando no mínimo 6 seguranças diários. Os seguranças deverão possuir a <b>Carteira Nacional de Vigilante atualizada apresentada no primeiro dia do Evento</b>.</li> </ul>		
<b>LOTE III - JI PARANÁ/RO</b>				
3	22721	<p><b>Locação de 01 (um) Espaço Físico (Centro de Convivência)</b> no Município de <b>Ji Paraná/RO, em perímetro urbano</b>, para atender a realização dos Jogos Escolares de Rondônia JOER/2025, Fase Estadual Juvenil 15 a 17 anos, no período <b>de 19 a 30 de agosto 2025</b>. O espaço deverá atender as características a seguir relacionadas:</p> <p><b>O Espaço Físico</b> que deverá possuir uma área coberta de alvenaria com uma metragem <b>mínima</b> aproximada de 900 m<sup>2</sup> (novecentos metros quadrados), composto por instalações elétricas, hidráulica e esgoto em perfeitas condições de uso com no mínimo duas entradas; para execução da área de Convivência (área de descanso), com jogos alternativos (Dama, Xadrez etc), Futebol de Botão, Clínicas Esportiva (Basquete 3 x 3, etc...), Pebolim e Tênis de Mesa, cerimônias de premiação e montagem do restaurante central. Deverá fazer parte da edificação contratada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- <b>No mínimo 02 banheiros e sanitários coletivos</b>, sendo 01 masculino e 01 feminino para atender 10 pessoas simultaneamente.</li> </ul>	DIÁRIA	14

		<p>- <b>Centrais de Ar condicionado</b> para climatização do ambiente das 10 h às 23h, sendo os mesmos devendo estar em funcionamento durante todo esse período.</p> <p>- <b>01 Ambiente</b> adequado com dimensões de no <b>mínimo</b> de 10 m x 10 m para montagem da cozinha e instalação de equipamentos para preparação e conservação de alimentos e higienização de utensílios utilizados para servir alimentação aos participantes dos jogos, contendo com os seguintes equipamentos: balcões de mármore com pias de aço inoxidáveis (para higienização de pratos, talheres e demais utensílios de cozinha), balcões de mármore para pré-preparo e preparo de alimentos, com sistema de ventilação ou exaustão e depósito para armazenar alimentos.</p> <p>- <b>Palco</b> medindo no <b>mínimo</b> (5 m de frente, 5 m de profundidade e no mínimo 80 cm de altura e rampa de acessibilidade) para apresentações culturais e cerimônias de premiação.</p> <p><b>A contratada deverá</b> instalar no espaço uma praça de alimentação para atendimento de refeições (almoço e jantar) com no <b>mínimo</b>:</p> <p>- <b>50 (cinquenta) mesas</b>, com tampões redondos de compensados com 06 (seis) cadeiras plásticas para acomodação mínima de <b>aproximadamente 300 (trezentas)</b> pessoas, e toalhas de tecido para forrar as mesas.</p> <p>- <b>Limpeza, equipe de higiene diária</b> (manhã - 09h às 12h, tarde - 12h às 15h e noite - 16h às 21h) com no <b>mínimo 04 pessoas sendo 02 (duas) de toda área do estabelecimento</b>, ou seja, os 900 m<sup>2</sup> (Centro de Convivência, Restaurante Central, Banheiros) e <b>02 (duas) para higienização das mesas no momento das refeições</b> (conforme utilização de cada mesa) e com troca de toalhas (se for o caso), em cada período de refeições.</p> <p>Sendo de responsabilidade da mesma todos os materiais de limpeza e higiene (produtos químicos/sanitizantes, papel toalha, sabonete líquido, papel higiênico, álcool em gel e álcool líquido 70% disponibilizados em recipientes apropriados).</p> <p>- <b>02 bebedouros industriais</b> para fornecimento de água potável, gelada para atendimento de toda demanda do JOER/2025, com copos descartáveis.</p> <p>- <b>Serviços de Manutenção</b> para solução de problemas da rede hidráulica, esgoto e elétrica da área locada, a serem solucionados de imediato, assim que solicitado pela Coordenação do evento.</p> <p>- <b>Internet WI-FI ou de cabo durante o período de locação (24 h)</b> para atender a necessidade dos participantes no Centro de Convivência (<b>celulares dos participantes, média diária de circulação de 600 pessoas</b>).</p> <p>- <b>Serviço de Segurança (certificada)</b> todos os dias do evento (manhã – 08h às 12h, tarde - 12h às 18h e noite – 18h às 23h), <b>sendo no mínimo 02 (duas) pessoas in loco por período</b>, totalizando no mínimo 6 seguranças diários. Os seguranças deverão possuir a <b>Carteira Nacional de Vigilante atualizada apresentada no primeiro dia do Evento</b>.</p>		
--	--	--	--	--



## ANEXO JUSTIFICATIVA

### Manifestação técnica sobre a permissão do instituto da subcontratação prevista no subitem 6.6. do Termo de Referência.

A SEDUC, sabedora que para atingir os objetivos das ações planejadas, necessita valer-se de alguns dispositivos legais que viabilizam a adequação de algumas situações pontuais. Nessa esteira está a previsão do mecanismo legal da subcontratação.

No caso de uma futura e eventual **Contratação de Empresa Especializada em Locação de Espaço Físico – Centro de Convivência**, a nossa experiência no assunto nos conduz a previsão do instituto da SUBCONTRAÇÃO, constante do subitem 6.6. do Termo de Referência.

Para possibilitar uma melhor compreensão e consequentemente JUSTIFICAR, a previsão da SUBCONTRAÇÃO do objeto, iremos destacar alguns pontos relevantes abaixo:

a) As edificações disponíveis e compatíveis com as exigências descritas para a contratação do objeto, não construídas somente com a finalidade específica desse atendimento, mesmo se assim o fosse, com certeza necessitaria de adaptações, correções, consertos, complementações.

b) A **LOCAÇÃO** do espaço físico, é temporária o que importa em possível contratação de mão de obra especializada e diversificada, para atender situações previsíveis e imprevisíveis, durante todo o como é o caso:

- Serviços de manutenção elétrica;
- Serviços de manutenção hidráulica;
- Serviços de Segurança patrimonial;
- Locação de Toalhas de Mesas para substituição 2 vezes por período ou 4 vezes diárias (aproximadamente 200 unidades);
- Serviços permanentes de Higiene e Limpeza interna e externa (em média 900 m<sup>2</sup>);
- Serviços de Manutenção e Conservação de Equipamentos de Ar Condicionado;
- Serviços de Internet;
- Serviços de Sonorização;
- Locação de Bebedouros; e,
- Aquisição de Materiais de consumo (higiene e limpeza), para o período integral

E imperioso mencionar que durante a execução do evento, a CONTRATADA, deverá estar apta diariamente em cada período, seja no almoço, no jantar e momento de premiação, dispor de condições que atenda e satisfaça as exigências da contratação, pois existirá uma concentração muito elevada de participantes (alunos, técnicos, professores, árbitros, auxiliares, membros de coordenação) em cada evento, importando na permanente rotatividade de lugares, substituição e reposição de materiais, necessários para prestar auxílio diário e evitar comprometer o desenvolvimento da ação.

Finalizando e com o rol apresentado, a SEDUC, entende que a SUBCONTRATAÇÃO, prevista nos **itens 6.6. do Termo de Referência**, estão plenamente **JUSTIFICADAS**, exceto na ocorrência de entendimento diverso superior .



**Coordenadoria de Educação Física, Arte, Cultura e Esporte Escolar - CEFACEE**  
**Diretoria Geral de Educação - DGE**

**CALENDÁRIO 2025**

MÊS	AÇÃO	DATA	LOCAL	TEMA/FASE
GERÊNCIA DE ESPORTE ESCOLAR - GEE				
Maio Maio/Junho	JOER 2025 FASES REGIONAIS/MACRO	07 a 10/05	JACI-PARANÁ	Seletiva Metropolitana
		19 a 24/05	VISTA ALEGRE DO ABUNÁ	Seletiva Mamoré
		19 a 24/05	VILHENA	Fase Regional Cone Sul
		26 A 30/05	SÃO FRANCISCO DO GUAPORÉ	Fase Regional Guaporé
Junho		03 a 08/06	ROLIM DE MOURA	Fase Regional Zona da Mata
		11 a 16/06	CACOAL	Fase Regional Centro
		18 a 23/06	JI-PARANÁ	Fase Regional Centro-Oeste
		18 a 23/06	JARU	Fase Regional Noroeste
Julho		25 a 30/06	Ariquemes	Fase Regional Norte
		01 a 11/07	PORTO VELHO	Fase Regional Metropolitana
		07 a 11/07	GUAJARÁ-MIRIM	Fase Regional Mamoré
JOER 2024 FASES ESTADUAIS				
Agosto	JOER FASES ESTADUAIS	02 a 12/08	CACOAL	Fase Estadual INFANTIL
Setembro		19 a 30/08	JI-PARANÁ	Fase Estadual JUVENIL
Outubro		11 a 16/10	Porto Velho	Fase Estadual PARALÍMPICA